



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS XIV**

**CANUDOS MÚLTIPLOS OLHARES:**  
**PERMANÊNCIAS E RUPTURAS NOS DISCURSOS.**

Conceição do Coité

2010

Maria Juliana de Matos Carneiro

**CANUDOS MÚLTIPLOS OLHARES:  
PERMANÊNCIAS E RUPTURAS NOS DISCURSOS.**

Monografia apresentada ao Curso de graduação de Licenciatura em História, do Departamento de Educação-Campus XIV, da Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Rogério S. Silva

Conceição do Coité  
2010

Maria Juliana de Matos Carneiro

Canudos Múltiplos Olhares: Permanências e rupturas nos discursos historiográficos.

Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do título de Graduação e aprovada pelo Curso de História da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus XIV, Conceição do Coité – BA.

Conceição do coité, 04 de março de 2010.

---

Prof. Rogério Souza Silva

Orientador

---

Eduardo Borges

Banca Examinadora

---

Zuleide Paiva

Prof<sup>ª</sup>: Metodologia

O ofício do historiador consiste  
em ser uma espécie de guardião  
da memória da sociedade.

Eric J. Hobsbawm

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pelo dom da vida, por ter iluminado e abençoado meus passos nessa longa trajetória, por ter me dado força e coragem diante das dificuldades e permitido concluir a minha formação universitária, com entusiasmo e determinação.

Aos meus pais, irmãos e amigos, especialmente a Marcos Jany S. dos Santos, companheiros de minha caminhada, pelo apoio, incentivo e compreensão nos momentos difíceis.

E, finalmente, a todos os professores, em especial ao professor Rogério Souza Silva, e colegas, principalmente a Antonio Thiago, Felipe Coutinho, Jacqueline Rios, Lucidalva Almeida, Carla Pinho, Alex Teixeira, Ângela Maria, que contribuíram direta ou indiretamente para o meu crescimento profissional e humano. Agradeço também, a todos aqueles que de alguma forma colaboraram para a edificação deste trabalho.

A todos vocês o meu obrigado com muito carinho!

## RESUMO

A pesquisa buscou fazer um balanço sobre as várias correntes historiográficas existentes à cerca do tema Canudos, através da análise dialógica com as fontes pertinentes à referida temática, averiguando as continuidades e mudanças nos discursos. Do ponto de vista metodológico, o estudo segue por meio de uma revisão bibliográfica através do confronto do material já produzido e escrito sobre o tema, trazendo à baila diversas questões polêmicas no seio da historiografia e nos discursos ideologizados, abordando tipificações diversas a respeito de Belo Monte, no tocante a sua população, a imagem de seu líder, modos de vida, organização econômica, política e social, apresentando às vezes semelhanças e divergências. Em virtude disso, torna-se necessário, fazer este levantamento sobre essas várias interpretações, com o intuito de resgatá-las e analisá-las para compreender como as quatro gerações de historiadores explanaram a sociedade canudense e as razões que levaram a eclosão da guerra que se configurou como uma das mais violentas da história brasileira. O estudo realizado permitiu concluir que a história de Canudos é explicada de maneiras distintas pelos pesquisadores, pois cada um a historiou de acordo as suas peculiaridades, interpretações, olhares, e através de suas tendências teóricas, pois é analisada sob o ponto de vista militar, religioso, político, econômico, cultural, outros uma visão marxista ortodoxa, etc. Enfim, neste estudo analiso justamente como se deu a criação das diferentes ideologias defendidas pela dinâmica histórica.

**Palavras-chave:** Canudos – História – Historiografia

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>08</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>1. AS PRIMEIRAS INTERPRETAÇÕES SOBRE CANUDOS: TESTEMUNHAS OCULARES .....</b>	<b>11</b>
1.1. Como os autores contemporâneos ao conflito historiaram Canudos? .....	27
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>2. A VERTENTE REGIONALISTA: A VOZ DOS VENCIDOS .....</b>	<b>29</b>
2.1. Calazans: a história de Canudos contada pelos “de dentro” .....	33
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>3. A CORRENTE MARXISTA: O FANATISMO DE BASE MATERIAL .....</b>	<b>35</b>
3.1. Canudos: uma luta pela posse da terra?! .....	37
<b>CAPITULO IV</b>	
<b>4. OS AUTORES RECENTES: CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DE CANUDOS. ....</b>	<b>39</b>
4.1. Canudos: Novas perspectivas. ....	49
<b>CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS.....</b>	<b>50</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>55</b>

## INTRODUÇÃO

Em 1889 foi proclamada a República no Brasil em substituição ao regime monárquico. E como proferiu Aristides Lobo “*o povo assistiu bestializado a proclamação da República, não havia povo no Brasil*”<sup>1</sup>. Devido à maneira como a camada popular se comportou, ou seja, de modo passivo diante da derrubada do regime monárquico, já que o mesmo foi um movimento de elite. No período que se segue, eclodem no país insurreições, revoltas, levantes, alguns se restringem geograficamente, outros se alastram por todo território nacional. A Guerra de Canudos, ocorrida no sertão da Bahia, foi uma dessas revoltas que refletiu nacionalmente. Foi liderada por Antônio Conselheiro, na qual os sertanejos lutaram contra as ofensivas das autoridades instituídas pela República.

Durante muito tempo, a história tradicional repetiu acusações feitas a Canudos e sua gente e, principalmente a Antônio Conselheiro, como se fossem verdades absolutas e cristalizadas. Acusando-os de loucos, monarquistas, fanáticos, ignorantes, além de outros termos pejorativos. E assim, escondia um dos principais motivos que unia os sertanejos, que era a vontade de escapar da fome, da violência e da opressão. Isto é, uma vontade sólida de lutar contra as injustiças do sertão. O movimento ocorreu no final do século XIX e se caracterizou como uma das mais violentas e sangrentas revoltas populares da história do Brasil, como afirma César Zama “*Os annaes da história, ainda nos tempos de maior barbaria não se registra atrocidade semelhante*” (ZAMA, 1899 p.38), devido à maneira desumana e cruel como a cidadela e seus habitantes foram destruídos, configurando-se como um verdadeiro massacre.

O interesse em entender este acontecimento histórico estende-se desde seu desencadeamento, a investida violenta contra os sertanejos, como também, a surpreendente capacidade de resistência dos mesmos, condicionando vários seguimentos sociais a retratá-la e abordá-la de formas distintas. Contudo, esse interesse inicial vem sendo superado pela compreensão e investigação de como este processo histórico é rememorado ao longo do tempo. Pois, nos escritos sobre a referida temática, fica evidente a existência de embates sobre

---

<sup>1</sup> CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras. 1987.p. 140.

diferentes perspectivas que ora aludem, ora tratam com negligência os vários elementos constitutivos do episódio, ao longo de mais de cem anos.

Com base na discussão feita por Adam Schaft em sua obra *História e Verdade*, na qual, o autor apresenta divergências de opiniões e visões na explicação e interpretação dos processos da Revolução Francesa, é necessário enfatizar, mantendo as devidas proporções, que do mesmo modo, a história de Canudos também é explicada e interpretada sob pontos de vistas diferentes. O tema influenciou não só os contemporâneos à guerra, como também autores do século XX e início do XXI, permitindo assim, confrontar as visões de um único processo histórico no tocante aos projetos, objetivos e razões do seu trágico destino. Por isso, por meio do tema “Canudos Múltiplos Olhares: permanências e rupturas nos discursos” analiso esse importante movimento, enfatizando as conservações e modificações nos discursos defendidos pela dinâmica histórica, através de uma revisão bibliográfica, para se entender como a historiografia tratou do referido tema, rememorando-o conforme a época e o lugar que os seus intérpretes falam, abordando sobre as quatro gerações de historiadores que trataram e tratam sobre o tema.

O estudo se divide em quatro capítulos. No primeiro capítulo: “As Primeiras interpretações sobre Canudos: testemunhas oculares” apresento a versão dos autores que testemunharam de maneira direta ou não, que foram contemporâneos ao episódio, em sua maioria, militares e civis, jornalistas, políticos, membros da Igreja Católica, tropeiros, etc. Ou seja, nessa produção da época, fica manifesto a visão extremamente negativa que se criou sobre Belo Monte, seus moradores e principalmente sobre o líder Conselheiro, pois a maioria dos autores apresenta uma postura em favor do Exército e de sua missão de exterminar o “foco de agitação”, que para eles representava uma afronta e uma ameaça ao governo vigente.

No segundo capítulo “Vertente Regionalista: a voz dos vencidos” faço uma reflexão sobre essa corrente representada por José Calazans, tomando como base elementos culturais e folclóricos focalizado no testemunho oral, para reconstituir a história de Canudos, o que proporcionou uma nova visão a partir da década de 1950, do processo histórico referido. Pois apresenta o olhar dos sujeitos, dos excluídos da história oficial, isto é, de sobreviventes e ex-conselheiristas, analisando as articulações cotidianas da cidadela, por meio dos relatos orais e documentos tradicionais aceitos pelos pesquisadores do eixo temático, que legaram o redimensionamento do retrato do líder religioso e da sociedade belmontense.

No terceiro capítulo “Interpretações Marxistas: o fanatismo de base material”, abordo sobre os historiadores de tendência marxista como Rui Facó e Edmundo Moniz, que caracterizam o movimento de Antônio Conselheiro como de tendência socialista fundamentada na Utopia de Thomas Morus, no comunismo primitivo, como também, consideram que os canudenses travavam uma luta de classes sobre a capa do misticismo religioso, fornecendo também uma versão diferente da sublevação ocorrida sertão baiano, em relação as suas causas e objetivos.

No quarto capítulo “Autores Recentes: construção e desconstrução da história de Canudos” exponho algumas obras de escritores do final do século XX e início do XXI, como Marco Vila, Rogério Silva e Frederico Pernambucano de Mello e como historiaram Canudos por meio de novos paradigmas históricos, traçando críticas a respeito das correntes historiográficas anteriores, desmistificando algumas idéias até então defendidas e combatendo interpretações propugnadas pela história tradicional, apresentando novas discussões e novas abordagens temáticas.

Ao final apresento algumas considerações conclusivas sobre o tema, mostrando as visões multifacetadas do conflito de Canudos e de seus personagens por cada uma das quatro gerações, fazendo uma discussão sobre as continuidades e transformações nos discursos historiográficos, como também uma análise tomando como base *A Escola dos Analles*, para entender as transformações ocorridas na historiografia de Canudos.

Partindo do pressuposto de que não existe uma verdade absoluta no conhecimento histórico, é digno de nota, que embora seja um único acontecimento, os historiadores não têm a mesma visão do processo histórico de Canudos, divergindo em suas opiniões, fornecendo imagens contraditórias, pois cada um explica à luz de suas tendências teóricas, eis aí o meu objeto de estudo.

## CAPÍTULO I

### 1. AS PRIMEIRAS INTERPRETAÇÕES SOBRE CANUDOS: TESTEMUNHAS OCULARES.

A princípio, nos deparamos com as primeiras explicações do fenômeno:

*“que legaram para a posteridade suas opiniões e conclusões acerca do conflito, visões imprescindíveis, no conjunto da historiografia de Canudos, do ponto de vista informativo para entender a história de Antônio Conselheiro, os principais aspectos da guerra e os seus desdobramentos (...). (NASCIMENTO, 2008, p.2)”*

Escrito pelos autores coetâneos à guerra, ou as testemunhas oculares, militares e civis das forças legais republicanas, jornalistas que foram enviados como correspondentes para fazer a cobertura do evento belicoso no palco das operações, políticos, relatório de membros da Igreja Católica que foram enviados ao arraial com a incumbência de rescindir o ajuntamento, como outros registros do período escrito por tropeiros e as atas do Relatório do Comitê Patriótico da Bahia.

Dentre eles, pode-se citar Frei João Evangelista Monte Marciano, que escreveu *O Relatório apresentado ao Arcebispo da Bahia, sobre Antônio Conselheiro e seu séquito no arraial de Canudos*, de 1895. Este foi enviado pelo Arcebispo D. Jerônimo Tomé para conduzir a difícil missão de dissolver a comunidade, ao lado de outros missionários. Eles permaneceram poucos dias no arraial, pois foram obrigados a abandonar o “povoado rebelde”. O relatório é um documento político passional, pois no decorrer do relato dos fatos o autor solicita com clareza a interferência armada:

*“Desconheceste os emissários da verdade e da paz, repeliste a visita da salvação, mas ahí vêm tempos em que forças irresistíveis te sitiarão, braço poderoso te derrubará e, arrasando as tuas trincheiras, desarmando os teos esbirros, dissolverá a seita impostora e maligna que te reduziu a seo jugo, odioso e aviltante” (MARCIANO, 1985, p.7).*

O autor retrata Canudos como uma comunidade de “delinquentes”, “fanáticos”, que representava “uma afronta aos padrões civilizados”. O fato, é que o autor estava a serviço da Igreja Católica, e é preciso enfatizar, que o movimento liderado por Antônio Conselheiro é desde o princípio hostilizado por esta instituição. Desde o início, eles são perseguidos pelo

Estado em conjura com a Igreja. Pois esta última, não aceita suas profecias, pregações, conselhos, doutrinação, etc. E para a Igreja, as prédicas de Conselheiro afetam sua ortodoxia. Assim, semeou os germes da guerra por motivos religiosos, apoiou o exército republicano, ou seja, teve sua cota de responsabilidade no massacre. Frei Monte Marciano apresenta uma visão de cunho condenatório em relação aos seguidores de Conselheiros, descrevendo-os como “jagunços violentos”, “armados até os dentes”, “criminosos” que violam as leis da religião *“A seita político-religiosa, estabelecida e intrincheirada nos Canudos, não é só um foco de superstição e fanatismo e um schisma na igreja bahiana; é principalmente um núcleo na aparência desprezível, mas um tanto perigoso e funesto (...)”* (MARCIANO, 1895, p.7) Isto é, define-o como um perigo, uma ameaça à religião oficial e ao governo. Pois afirma *“que é aquilo um estado no Estado: alli não são acceitas as autoridades, não é admitido à circulação o próprio dinheiro da república”* (MARCIANO, 1895, p.7). O Estado declarava desse modo, o extermínio do que considera um foco de agitação que subverte a ordem pública com o apoio do clero à ação devastadora das forças legais, contra um povo que rezava o terço e preservava alguns preceitos do catolicismo, como o beija de imagens, etc.

Cesar Zama, político e jornalista, também foi um autor coetâneo ao conflito de Canudos, que escreveu a obra *Libelo republicano acompanhado de comentário sobre a campanha de Canudos*. Publicada em 1899, na qual, criticou severamente às autoridades da República e o ataque cruel aos sertanejos que se configurou como *“o requinte da perversidade humana”* (ZAMA, 1899, p.23) Para ele, nada justifica os atos de barbaria praticada pelos republicanos, pois Canudos era uma comunidade comum “igual” as outras e que *“nada de extraordinário se passava com relação a Antônio Conselheiro e aqueles que o acompanhavam”* (ZAMA, 1899, p.23). É sabido, que eles tinham um modo de vida baseado na plantação, colheita, criação de animais, construíam suas casas e rezavam, portanto, não representavam um risco ou perigo para o regime republicano *“não há ato algum por sua parte ou dos seus que fizesse ao menos presumir que ele tentasse contra o governo da República”* (ZAMA, 1899, p.24), ou seja, protesta contra o governo acusando-o de “audaz”, “prepotente” e sem a menor noção de seus deveres, definindo Prudente de Moraes como “desinteligente”, que provocou o *“monstruoso atentado, que a posteridade registrará como o mais negro borrão da nossa história”* (ZAMA, 1899, p.29), deixando evidente, que o autor considera os republicanos como os bandidos, os vilões e não os sertanejos do arraial. Ao mesmo tempo, que apresenta um olhar depreciativo quando os retrata como sertanejos *“rudes, ignorantes, fanáticos (...)”*. (ZAMA, 1899, P.24) E acusa o líder Conselheiro de ser possuidor

de um desequilíbrio mental “*Antônio conselheiro era um desequilibrado, um fanático (...)*” (ZAMA, 1899, p.57)

Já Alvim Martins Horcades era, no período da campanha de Canudos, estudante de Medicina e foi convocado, além de outros estudantes como os de Farmácia, para prestar serviços médicos ao Exército, como auxiliar do hospital de sangue, durante a Quarta Expedição. Além da prestação de serviços aos soldados, Horcades enviou as reportagens para o *Diário de Notícias*, que originou em 1899 a obra *Descrição de uma viagem a Canudos*, na qual presta alguns esclarecimentos ao público sobre a guerra, que o autor define como “*a campanha da civilização contra a barbaria*”. Na obra o autor manifesta a sua dedicação à República e aos soldados que partiram para Canudos em defesa da honra a sua pátria “*contra as garras do fanatismo estóico de um grupo de irmãos degenerados*”. (HORCADES, 1996, p.1). Assim qualifica os canudenses como “*infames detractores da honra alheia*”. (HORCADES, 1996, p.3).

O autor descreve todo o percurso da viagem para Canudos junto com vários de seus amigos acadêmicos. Ele retrata sobre a falta de assistência por parte do governo em relação aos soldados afirmando que:

*“vimos aquelles que vestiam honradamente a sua farda, nós, cobertos de feridas e nas estradas do território nacional a mendigarem quase de joelhos um pouquinho de alimento, fosse qual fosse para saciar a fome (...). Vimos soldados com as faces alquebradas pelas vicissitudes da sorte e pela crueldade de quem os governava (...) implorando, suplicando uma migalha.”*  
(HORCADES, 1996, P.24-25)

Isto é, o governo, para ele, tratou com indiferença aqueles que sofriam em defesa da Pátria por falta de abrigo, sem alimento, medicação completa, alguns “*feridos vimos que havia oito, dez, doze e quinze dias não recebiam nem ao menos a frescura sobre a chaga ou as chagas que a sua dedicação havia feito.*” (HORCADES, 1996, P.33). Pois estes, não recebiam os meios necessários para sua subsistência, recursos bélicos e passando as maiores provações possíveis. O fato é que Horcades se posiciona a favor da República e da ação do Exército em destruir a “*horda*” canudense, ou seja, um núcleo constituído por “*irmãos degenerados (...)* e *desvairados*”, na sua imensa maioria “*assassinos e ladrões*” chefiados por um “*maníaco bandido*” (HORCADES, 1996, p.1-2; 183-184).

Na obra ele revela sua contraposição e o seu repúdio ao degolamento dos prisioneiros fazendo uma denúncia do general Artur Oscar, chefe da Quarta Expedição, “*Belo exemplo de*

civismo e progredimento social”. Ou seja, critica ironicamente tal ação “*em Canudos foram degolados quase todos os prisioneiros*” e depois seus cadáveres eram “(...) *empilhados e sobre elles colocava-se grande quantidade de lenha e então terrível fumaça espalhava-se por todo o acampamento (...)*”(HORCADES, 1996, p.103-116) Assim, denuncia tais crimes de iniciativa e permissão do general já citado. Além disso, menciona sobre a existência de uma população heterogênea, prova disso, segundo ele, é a divisão da cidade em duas partes:” *uma habitada pela nobreza*”, isto é, os mais ricos do lugar e a outra, pelos “*pobres que viviam de esmolas (...)*” (HORCADES, 1996, P.183) e ainda rejeita a idéia defendida por alguns autores, de que Canudos era um “reduto” de monarquistas, afirmando com veemência que “*dizer-se que o elemento monárchico era o que alli existia, é uma mentira e ao mesmo tempo uma injúria atirada à face dos cidadãos que combateram em prol da República (...)* monarchia em Canudos nunca houve, nunca, nunca e nunca” (HORCADES, 1996, P.184-186)

Entretanto, o que existia, segundo Horcades, era a ignorância associada a uma perversidade liderada por um “chefe bandido”. Aborda também, certo desapontamento, no tocante a falta de reconhecimento, incentivo e consideração do governo para com os soldados, que nem mesmo os agradeceu pela dedicação e defesa das instituições pátrias “*do governo, sob cujas ordens ficamos na campanha, não recebemos a menor prova de consideração do nosso acto (...)* e, portanto era muito patriótico e justíssimo que recompensasse os sofrimentos dos jovens legionários, que lhes agradecesse ao menos” (HORCADES, 1996, P.15-155)

Também participou ativamente da campanha e foi testemunha ocular do episódio O Tenente de Infantaria Henrique Duque-Estrada de Macedo Soares, que escreveu a obra *A Guerra de Canudos*, apresentando um depoimento sob o ponto de vista estritamente militar. O autor define a expedição Moreira César contra Canudos, que tinha como “*fim submeter ao domínio da lei o formidável núcleo de rebeldes ao mando de um vesânico, voltado contra as instituições*” (SOARES, 1985 p.30). E define a referida guerra como “*o dito desastre foi o mais grave entre todos quantos até então sofrera o Exército, desde o início da República, ofuscado pelas terríveis conseqüências sobrevindas, pela carnificina hedionda e também pelas peripécias comovedoras que experimentaram*” (SOARES, 1985 p.30).

Assim, descreve a organização e operações das expedições referidas, as razões do seu insucesso e as atrocidades cometidas pelos jagunços aos soldados. “*Aquela sorte tiveram quase todos os feridos, mais de duzentos, sendo a maior parte picada a facão; outros foram*

*executados entre requintes de perversidade. Diversos oficiais e muitas praças morreram pelo mato assassinados, desorientados e famintos. (SOARES, 1985 p.41).* Mas não menciona sobre as absurdas crueldades que as forças republicanas praticaram contra os seguidores de Antônio Conselheiro, como a degola, por exemplo.

O autor retrata sobre Antônio Conselheiro e sua história de vida e o classifica como um “vesânico” um “criminoso” que cometeu o “*assassinato da própria mãe*” (SOARES, 1985 p.42) Interpretação esta, já totalmente combatida pela historiografia. Em relação a Canudos, o lugar escolhido por Conselheiro, o autor não deixa de destacar seu valor como ponto estratégico:

*“ Como ponto estratégico, o é de primeira ordem; qualquer força para chegar lá, fosse de qualquer ponto, teria de atravessar uma região estéril, sem água e nem recursos de espécie alguma e teria de conduzir toda a bagagem e mantimentos através de inúmeras dificuldades. Em lá chegando, teria de arcar com maiores contrariedades, além de lutar contra um inimigo astucioso e conhecedor do terreno, geralmente acidentado e sáfaro, sem fáceis comunicações(...)”(SOARES,1985 p.44)*

Macedo Soares faz ainda, uma discussão sobre os indícios de que os conselheiristas tivessem afinidades com outros pontos e gente de certo partido:

*“fazia acreditar como seu objetivo comum, decisivo ataque à República. (...) Assim, a opinião popular, poucas vezes errada, emprestava ao movimento sedioso de Canudos intuítos restauradores (...) Se a falta de provas materiais não estava plenamente verificado ser o dito movimento o começo de uma grande sedição monárquica; todavia disso existiam veementes indícios, mais tarde corroborados com a leitura de importantes documentos, apreendidos após a queda do famoso baluarte. Se o Exército fosse vencido em mais uma campanha, certamente não estaríamos hoje no regime republicano, talvez sobre algum protetorado(...)”(SOARES,1985, p.48-49)*

Ainda se tratando dos escritores que acompanharam de corpo presente a guerra ocorrida no sertão nordestino, pode-se citar, o militar e jornalista pernambucano, Manoel Benício que fez a cobertura da Quarta Expedição enviada a Canudos, como correspondente de guerra do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, durante o período de um mês, enviando para o referido jornal cartas relatando o conflito. Dessas reportagens, resultou a obra “*O Rei dos Jagunços: Entre a Ficção e a História*”, publicada dois anos depois do fim da guerra, em 1899.

Na primeira parte da obra, o autor traça o perfil e a gênese de Antônio Conselheiro, com o propósito de buscar as razões do conflito do sertão baiano, pois Benício acreditava que

os motivos da guerra deveriam ser buscados no passado. Segundo ele, foi a sua história de vida, que o transformou de um “indivíduo comum em profeta de Belo Monte”, por isso analisa na obra a emulação entre as famílias dos Maciéis e Araújo. Na segunda parte, a narrativa focaliza o arraial, onde e como vivia o líder religioso e seus fiéis, antes da chegada das forças policiais ao local. Descreve minuciosamente as expedições, as investidas, as resistências “impressionantes” dos jagunços e sobre a destruição do arraial, da degola, a chacina, etc.

Benício delata em seu romance, a falta de organização e de competência de muitos oficiais, responsabilizando-os pelo insucesso das tropas: “*Marchas e contramarchas, no afã improfícuo, desordem e exigüidade, tudo por falsa compreensão das coisas.* (BENÍCIO, 1899, P. 176.) E assim como Martins Horcades, o autor nega qualquer tipo de ligação entre os conselheiritas e os monarquistas: “*Os que porém raciocinavam com calma não viam na rebeldia dos jagunços mais do que um fenômeno social vulgar a todas as épocas, em todos os povos, e nunca num movimento político(...)*” (BENÍCIO, 1899, P. 175). Em virtude disso, foi perseguido pelo General Artur Oscar, que chefiava a Quarta Expedição, e foi impedido de exercer suas funções de repórter, abandonando assim, o solo da guerra, antes mesmo do seu fim.

Na obra, Benício apresenta uma versão ora fictícia, romantizada, ora uma versão historiográfica baseada em vasta documentação. Isto é, aborda informações de suma importância em relação à organização social do arraial. Ele explica o episódio sertanejo, como resultante das prédicas de Antônio Conselheiro e do seu poder de liderança, embora o considerasse como psicologicamente enfermo. Assim o descrevia como “(...) *um monomaniaco que pregava doutrinas subversivas, um facínora que ensinava o desrespeito as autoridades constituídas.*” (BENÍCIO, 1899, p. 77)

O fato é que o romance de Benício é o que mais ataca as autoridades republicanas, mas ao mesmo tempo, descreve os “jagunços” como “negros e mestiços fulos”, sertanejos, “rudes, ignorantes, incultos”, etc. E também, defende a cultura nacional urbana como superior e civilizada e a rural como atrasada e inculta:

*"A comoção de Canudos, eliminação, pelas vias devolutivas, que de ordinário aparece sob a forma religiosa nas raças atrasadas [...] foi um sintoma desta moléstia social que grassa no centro do Brasil, porque a testada já está conquistada por outras gentes e idéias"*  
(BENÍCIO, 1899, p.p. 175-176.)

Embora as reportagens atribuam uma atenção especial aos combates na perspectiva do soldado contra os jagunços, o autor reconhece a coragem, a bravura e o valor dos moradores de Canudos. No último capítulo da obra, “Começo do fim”, faz um elogio a Conselheiro, que contradiz com a definição já citada anteriormente:

*"Simples, sem cultura intelectual, modesto, sem aspirações no mundo, humilde e bom, ele sabia consolar os desesperados e aconselhar para o bem, de sorte que criminosos velhacos de todos os sexos, homens e mulheres de todas as posições sociais, ouviram-no cheios de contrição e arrependimento, enveredando depois pelo caminho das virtudes. O seu nome será inolvidável na crônica nacional." (BENÍCIO, 1899, P.321)*

Além disso, nas últimas páginas do livro, revela o seu desapontamento em relação ao episódio:

*"Infeliz Bahia que para mudar de fase fora mister assistir coacta à extinção de um povoado e de um povo inteiro, pelo incêndio, pelo fuzilamento, pela asfixia e pela degolação, sem diferença de sexo e a idade(...) perante essa brutal carnificina de seus filhos."*

Outra obra que aborda sobre o evento trágico de Canudos, foi organizada por Antônio Olavo, pesquisador baiano, o livro *Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia*, retratando o período que se segue ao conflito armado (1897-1901), focalizando o trabalho do Comitê Patriótico da Bahia, de autoria do secretário do Comitê e correspondente do *Jornal de Notícias* na época da referida guerra: Lélis Piedade, no qual, encontram-se as transcrições das atas e notas sobre o Comitê.

O Comitê apresenta relatos impactantes enfatizando o fim do conflito e o massacre dos prisioneiros, o que resultou na orfandade de inúmeras crianças, filhos dos prisioneiros exterminados com a “degola”, que o Comitê acolheu. Este se configura como um documento de fundamental importância para os pesquisadores da referida temática e contribui para melhor se compreender a memória dos vencidos que a historiografia oficial relegou.

Na primeira parte da obra é apresentada uma publicação de jornal de 26 de julho de 1897, escrito por Franz Wagner, fazendo um apelo para se “socorrer” os soldados republicanos que lutavam nos sertões da Bahia, “*onde o fanático rebelde afronta as leis da fé e da civilização, e o soldado bravo e leal sacrifica-se heroicamente pela defesa das instituições e pela honra deste país*”, (PIEIDADE, 1897-1901. p.47). Percebe-se neste trecho, que o Comitê toma uma postura a favor do Exército e tem o propósito inicial de ajudar apenas os soldados que estavam defendendo a honra de sua pátria:

*“Os enfermos e os feridos da expedição a Canudos: quem neste momento merecerá mais socorro e a dedicação de seus irmãos, do que essas legiões que contam filhos de todos os Estados da República, empenhados numa luta sangrenta; na qual tudo conspira para esmorecer os mais valorosos (...). Extenuado por longas marchas sobre terrenos ínvios e acidentado, onde um sol abrasador cresta a relva e estancam as vertentes, o pobre soldado vai cair abatido pela febre voraz ou ao golpe de armas fratricida, sem teto mais abrigador que a copa entreaberta das árvores (...)”*  
(PIEDADE, 1897-1901. p. 47)

Já que, segundo a mesma publicação, os gastos e as despesas com a guerra eram muito grandes, em virtude disso o *Comitê* solicita ajuda e apoio da população, sendo que o governo sozinho não poderia arcar com todas elas, isto é, transportes, fornecimento das tropas, etc.

Pode-se destacar também, a referência que faz a Antônio Conselheiro, definindo-o como um *“fanático rebelde”*. Ou seja, evidenciando uma interpretação pejorativa do peregrino, além disso, descreve a cidade construída por ele e seus seguidores como *“ um reduto negro do fanatismo ”* (PIEDADE, 1897-1901, p. 55) um *“ solo barbarizado pelo erro , pela ignorância , pelo fanatismo e pelo crime ”*(PIEDADE 1897-1901. p. 65) *“Uma horda de desenfreados bandidos”*PIEDADE, 1897-1901,p. 69), vale dizer, que nos primeiros discursos documentados pelo *Comitê*, as definições que fazem dos belomontenses são extremamente depreciativas, como já foi precitado e como pode-se ratificar num discurso proferido pelo advogado Dr. Manuel Freire de Carvalho:

*“(...) Canudos, a que se pode hoje chamar de cidadela, começou pela reunião de poucos ignorantes, imbuídos de uma falsa religião, guiados por um desequilibrado; que assim tolerados, enquanto inofensivos, construíram-se cegos instrumentos nas mãos dos inimigos da República (...)* (PIEDADE, 1897-1901. P.72-73)

É importante ressaltar que o *Comitê Patriótico* foi fundado em 28 de julho de 1897, época em que eclodia a 4ª Expedição a Canudos, como uma entidade filantrópica criada por membros da sociedade civil da Bahia que a priori *“teve por fim auxiliar as vítimas não só da inundação do Recife, como também as viúvas e órfãos dos soldados brasileiros, tombados no campo da honra, e do dever, por assim exigir a extirpação de Canudos, como provam as declarações feitas pela imprensa e o teor do seu programa. ”*PIEDADE, 1897-1901. p. 51),

ou seja, nos primeiros documentos apresentados na obra, não se demonstra nenhum tipo de preocupação e inquietude em relação ao sofrimento que os canudenses, com certeza, também estariam passando, nem manifestações de apelos para ajudá-los.

No decorrer da leitura das atas, começa a aparecer uma mudança no discurso e na linguagem em favor dos habitantes de Canudos, pois ao chegar ao local da guerra e testemunhar as crueldades que os soldados e oficiais, estavam praticando contra os sobreviventes, especialmente as crianças e mulheres, passam a defendê-las e ampará-las também.

Num primeiro momento é relevante destacar, a referência a uma “luta fratricida”, já que a referida expressão significa aquele que mata irmão, ou irmã, isto é, diz-se de lutas ou guerras entre compatriotas, mostrando que apesar de serem a favor da República, que passam a reconhecer os “*rebeldes*” como irmãos. No entanto, a inquietação e preocupação com os moradores de Belo Monte, começa a emergir depois que o presidente Franz Wagner, chama a atenção do *Comitê* para as crianças trazidas de Canudos pelos batalhões. Como se confirma no telegrama dirigido ao Sr. Jerônimo, delegado de Queimadas na reunião de 28 de outubro de 1897: “*Peço agasalhar, por conta do Comitê, todas as crianças órfãs, de ambos os sexos, sejam filhas de soldados ou jagunços (...) levando roupinhas necessárias. Não esqueça recomendações sobre vacina.*” (PIEDADE, 1897-1901. P.115). A partir desse trecho, pode-se notar uma diferença no tratamento para com os mesmos, pois nos registros anteriores eram tratados com preconceito e indiferença e a partir deste registro percebe-se que já não há mais uma separação entre os dois lados da guerra. Vale dizer, uma preocupação tanto com a assistência, como com a destinação dos pequenos sobreviventes. Essa atenção as vítimas de Canudos revela-se também, na Ata de 02 de novembro de 1897:

*“(...) Tem morrido muitas crianças e mulheres jagunças, vítimas de varíola. Alugamos espaçosa casa, onde vamos alojando com indispensável conforto, as crianças já se acham em nosso poder, meninas, meninos, e temos recolhido algumas raparigas e mulheres jagunças em estado adiantado de gravidez.(...) É doloroso vê-las reduzidas à condição de prisioneiras de guerra; convém quanto antes sejam entregues aos seus parentes que as procuram, colocando outras em lugares destinados pelo Comitê.”(PIEDADE, 1897-1901. P. 116)*

Nesta citação, percebe-se mais concretamente a mudança no posicionamento do *Comitê*, que passa a demonstrar certa comoção em relação aos “belomontenses” e o apelo para que se tome uma providência em relação ao destino que será dado aos mesmos. Em outra nota aparece até mesmo a solicitação do presidente do *Comitê* para que sejam enviados para um asilo “*O Sr. Wagner suscita a questão de entrada dos menores dos Canudos para o Asilo dos Expostos*” (*PIEDADE, 1897-1901, p. 124*).

O *Comitê* recebeu várias críticas após adotar esta postura em defesa e proteção dos canudenses, na Ata de 20 de janeiro de 1898 o *Comitê* dá uma explicação para tal posicionamento: “*Ora, diante disso o Comitê agiu correto, procurando dar aos menores, educação que os habilitasse a ser futuros cidadãos da República, amando-a e não odiando-a. Demais , estes prisioneiros são nossos irmãos, são filhos da Bahia*” (*PIEDADE, 1897-1901 p. 134.* ). Ou seja, os moradores de Canudos, já passam a ser considerados como “filhos” da Bahia.

Apesar de defenderem a ação do exército, os membros do *Comitê* revelaram certo sentimento de humanidade e solidariedade para com as crianças “jagunças”, basta lembrar que esse sentimento só surgiu depois que a população de Canudos estava totalmente arrasada, Belo Monte destruído, ou seja, essa ajuda seria uma maneira de amenizar a culpa, pois os habitantes de Canudos passam de degenerados para vítimas.

Em outras atas, nota-se também, as revelações feitas pelo *Comitê* dos maus tratos, vendas de menores, além de outras, consideradas por eles como práticas de escravidão:

*“Não cessa de receber denúncias, bem pormenorizadas de pobres jaguncinhos que aqui recebe maus tratos de toda a sorte; sendo até de notar que uma das menores que o Comitê procura está em certa mão que a obrigou a mudar de nome. O Sr. Fernando Koch- Então isto é uma espécie de escravidão!?!...”* .( *PEIDADE, 1897-1901.P 131*)

Este relatório é uma denúncia contra as brutalidades empreendidas pelo exército também no pós-guerra de Canudos, mas ao mesmo tempo, exalta os soldados “heróis” sobreviventes, prestando homenagens aos “*bravos militares que sabem honrar a farda que vestem , ambicionando, uma coisa única: empregar as suas energias em defesa da República, quando ela perigar (...) que em tempo algum poupou o seu sangue em defesa da honra nacional.*” (*PIEDADE, 1897-1901. P 140-141*)

O relatório apresenta também um “Balanço Geral” e uma relação de órfãos que foram recolhidos pelo *Comitê*, a descrição do monumento de Canudos e, finalmente dois anexos: o primeiro retrata sobre uma viagem à Cansanção, onde funcionou um hospital do *Comitê* e um segundo, que é o Relatório da comissão para recolher os órfãos, ambos feitos pelo referido jornalista.

Também faz uma análise do movimento de Canudos o militar Aristides Milton, autor da obra *A campanha de Canudos*, publicada em 1900, e afirma que é inegável, desde o início da campanha, a propagação da idéia de os monarquistas estariam fornecendo munições e armas a Antônio Conselheiro e o boato de que a cidade era um reduto da monarquia e a guarda avançada da restauração, no entanto, o próprio autor profere dessa articulação entre Canudos e os inimigos da República, nunca ter sido provado, não passava de uma “balela”. Aristides não contesta que os monárquicos desejavam a vitória dos “fanáticos” e disso tirar algum proveito, contudo, não havia nenhuma ligação entre eles. Segundo o autor, é certo que Conselheiro atacava a República, não que tivesse a pretensão de restituir a Monarquia, mas pelo desejo de restabelecer certas regras, como por exemplo, o casamento religioso que fora substituído pelo civil na Constituição de fevereiro, o que desagradou o peregrino. “*O Conselheiro hostilizava a República – por ter esta decretado a separação do Estado e da Igreja, medida repellida por quantos não aprofundaram jamais os ensinamentos de Christo, ou não têm forte e enraizada sua fé.*” (MILTON, 1900, p.5). Ou seja, ele se sublevara contra a República por que esta ousara enfrentá-lo e não reconhecia aquele “Estado no Estado”. Mas essa luta civil também poderia ter ocorrido durante a Monarquia.

Milton reconhece que Conselheiro fora “*um homem fora do comum para se impor a multidão por meio da palavra e do gesto*” (MILTON, 1900, p.5), que possuía a majestade imponente dos profetas bíblicos, dispunha de certa cultura que de muito lhe valeu na execução da função a que se propusera, portanto, paradoxalmente, afirma que ele não passava de um louco, “*Antônio Conselheiro é seguramente um simples louco. Mas essa loucura é daquellas, em que a fatalidade inconsciente da moléstia registra com precisão instrumental o reflexo, senão de uma época, pelo menos do meio que ellas se geraram*” (MILTON, 1900, p. 9). Acrescentando, que sua loucura é um reflexo das condições sociológicas do meio em que se organizou. Isto é, apresenta Canudos e seus moradores, como “*bando fanatizado*”, “*turba desorientada*”, “*criminosos*”, (MILTON, 1900, p.17-23,) assim como a maioria dos autores desta corrente.

Dentre as testemunhas oculares, não poderia deixar de mencionar Euclides da Cunha e sua obra “*Os Sertões*”, publicado em 1902. No período da guerra, Euclides foi enviado ao local como correspondente especial do jornal *O Estado de São Paulo*, para registrar os acontecimentos da guerra. Das reportagens, resultou à referida obra que se configurou durante décadas como uma espécie de obra definitiva sobre a origem de Belo Monte e a guerra de Canudos. É uma obra em que o autor dedica-se à crônica de um evento histórico que testemunhou de corpo presente. Para que essa obra seja analisada e apreciada é necessário considerar os elementos diversos que contribuíram para sua composição, como por exemplo, a formação do autor, as práticas discursivas da época, etc. Euclides é formado pela Escola Militar em Engenharia, viria a participar da guerra e escrever uma série de reportagens que se tornariam célebres. Esta foi à primeira guerra no país em que se fez uma cobertura no cenário dos acontecimentos e por isso teve um grande impacto. O papel da imprensa foi relevante, pois o jornal era um importante meio de comunicação na época. Em 1902, quando foi publicado “*Os Sertões*”, já haviam sido escritas e publicadas outras reportagens e livros, como as abordadas anteriormente, mas foi a obra de Euclides que teve um grande sucesso e este ganhou fama de maior escritor brasileiro e, autor e obra, passaram a ser considerados como marcos na cultura e literatura brasileira em diversas áreas.

Na primeira parte da obra, *A terra* o autor propõe uma investigação dessa imensa região do país manifestando os elementos heterogênicos que a compõe e a caracteriza. O autor apresenta uma descrição topográfica e geológica do espaço, da vegetação à caatinga, como também da seca em que Euclides analisa a gênese deste fenômeno tão conhecido no Nordeste e o modo de vida ligado a terra.

Na segunda parte do livro “O Homem” o autor apresenta um estudo do sertanejo, seus costumes, moradia, sua cultura e como este enfrenta a ameaça da seca, como também, a sua religiosidade, que apresenta especificidades de uma “*religião mestiça*”, “*Não seria difícil caracterizá-la como uma mestiçagem de crenças. Ali estão francos, o antropismo selvagem, o animismo do africano e, o que é mais, o próprio aspecto emocional da raça superior, na época descobrimento e da colonização.*”(CUNHA,1995,p.96)”. Assim as manifestações religiosas do sertanejo seriam explicáveis pela fusão “*dos caracteres físico e fisiológicos das raças de que surge, sumaria-lhes identicamente as qualidades morais (...)* A sua religião é como ele –mestiça.”(CUNHA, 1995, p. 96). O autor retrata, sobre Antonio Conselheiro, o peregrino, sua gênese, as prédicas, a religiosidade, além de outros fatores. Apresenta um diagnóstico paradoxal considerando-o ora como um desequilibrado, ora como o “*doente*

*grave*” ( 1995, p. 103) que viveu algumas infelicidades e problemas pessoais que o levaram à loucura, “*Antonio Conselheiro foi um gnóstico bronco*” ( CUNHA,1995, p. 103) acusando-o ainda de “*um caso notável de degenerescência intelectual (...) incompreendido, desequilibrado, retrógado, rebelde (...)*” (CUNHA,1995, p. 103). Para ele, a guerra foi resultante da pregação “extravagante” de um homem “psiquicamente frágil”. Euclides foi influenciado pelas teorias e interpretações raciológicas, evolucionistas e deterministas vindas da Europa, repleto de preconceitos social-darwinistas e racistas, para ele Conselheiro era um simples louco que encontrou em Canudos o lugar propício para propagar seu fanatismo religioso.

Enfim, sua abordagem da vida religiosa de Canudos baseia-se, sobretudo, na avaliação das práticas de seus habitantes como oriundas do fanatismo religioso condicionado por Conselheiro. Este era uma personalidade “forte e carismática”, que emerge como um produto do meio, mas um falso profeta:

*“Todas as crenças ingênuas, do fetichismo bárbaro às observações católicas, todas as tendências impulsivas das raças inferiores, livremente exercitadas na indisciplina da vida sertaneja, se condensaram no seu misticismo feroz e extravagante. Ele foi, simultaneamente, o elemento ativo e passivo da agitação que surgiu.” (CUNHA, 1995, p. 102)*

E, para o autor, as prédicas de Conselheiro são o extravasamento de sua loucura, ou seja, Euclides lança um olhar negativo a respeito deste líder religioso, resultante do que era visto como a sua ignorância. Mas é preciso ressaltar, que muitos fatos analisados foram informações trazidas por algumas testemunhas do evento. Ou seja, por vezes, ele observa os acontecimentos de fora, e em virtude disso, submete-os, na maioria das vezes, a preconceitos e julgamentos. Euclides analisa também a sociedade de Canudos e como ela se organizava. Este a descreve como um “falanstério de Antônio conselheiro” e ainda acrescenta:

*“... a propriedade tornou-se lhe uma forma exagerada de coletivismo tribal dos beduínos: a apropriação pessoal apenas dos objetos móveis e das casas, comunidade absoluta da terra, das pastagens, dos rebanhos e dos escassos produtos das culturas, cujos donos recebiam exígua quotas parte, revertendo o resto para companhia: os recém vindos entregavam ao Conselheiro noventa e nove por cento do que traziam, incluindo santos destinados aos santuários comunm. Reputavam-se felizes com a migalha restante . bastava-lhes à sobra” (CUNHA,1995, p.129 )*

Isto é, o autor descreve a sociedade, o modo de vida, aproximando-se do que se pode chamar de princípios igualitários semelhantes ao comunismo dos primitivos cristãos. Ele não menciona na obra a existência de uma diferenciação social entre os canudenses.

Na última parte do livro intitulada *A Luta*, o autor tenta elucidar a origem do conflito e analisa as investidas dos republicanos contra o arraial descrevendo as expedições que foram enviadas, o número de soldados, seus chefes militares, a resistência dos canudenses, etc. Assim, ele assume uma posição contra os crimes e crueldades cometidos pelo Exército e denuncia com veemência tais atitudes, pois dinamitavam, incendiavam, degolavam e matavam os revoltosos.

O fato é que Euclides representa o olhar científico, urbano e militar e tendia a definir os lugares distantes dos grandes centros da época como incivilizados incultos e exalta o progresso citadino. É digno de nota, que *Os Sertões* reinou por muito tempo absoluto, como fonte “inquestionável” na historiografia e foi essa imagem negativa que perdurou por longos anos, como se fosse uma verdade concreta .

Outra obra importante para analisar as primeiras interpretações sobre Canudos é “*Canudos, história em versos*” de Manuel Pedro das Dores Bombinho, organizado por Marco Antônio Villa. Bombinho também foi testemunha ocular do episódio de Canudos, pois acompanhou Amaral Savaget, quando este passou por Sergipe e participou da Quarta Expedição como fornecedor de víveres, como tropeiro, ou seja, os versos foram escritos “em pleno calor dos combates” como afirma Villa. Bombinho escreveu vários artigos para revistas e jornais que foram publicados durante a campanha. A referida obra foi concluída em 1898 e é composta por 5.984 versos sobre a temática e se configura como um importante documento em relação à guerra.

A obra se divide em quatro partes: na primeira o autor aborda sobre as duas primeiras expedições a Canudos. A segunda parte retrata sobre a Terceira Expedição, baseada nas informações que recebia sobre Canudos e sua gente. Na terceira descreve a Quarta Expedição (a qual testemunhou). E a quarta parte relata ainda sobre a quarta e última expedição. Em seus versos Bombinho descreve os canudenses:

*“São feras e não homens os jagunços  
São cruéis, traiçoeiros e tiranos  
Não combatem no campo da honra  
Nada tem de cristão e humano. ( BOMBINHO,1898.P.17)*

Enquanto que os soldados eram os mais firmes heróicos e bons soldados, que apenas estavam defendendo e vingando a Nação, o que deixa evidente, que seu poema tem um ponto de vista oficialista. Em relação a Antônio conselheiro Bombinho o descreve como falso santo, que iludia seus fiéis com suas prédicas:

*“Manhoso e malvado era ele  
Com capa de santo enganava  
Ao bom povo daquele sertão  
Com doçura a eles falava.”* (BOMBINHO,1898,P.22)

O autor afirma que Conselheiro fazia-se de devoto fervoroso para alarmar o sertão e o considerava como “um fanático sem crença e nem fé” que tentou resistir à nova forma de governo, definindo-o como um monarquista, pois pregava injúrias contra o regime republicano, acusando o governo vigente de tirano, força mesquinha, tratando com horror o velho Imperador, sendo o mesmo expulso e deportado de sua pátria por “falsários, miseráveis, ingratos renegados.” governo que manda cobrar imposto, impõe o casamento civil e aceita o divórcio:

*“ A República? Governo tirano  
Nada tem com o deus de Abrão  
Nós devemos brigar com ela  
Pois assim ordena a Nação.”*

*“ Monarquista? È nossa divisa  
Para isso recebo instrução  
O meu povo é de deus confesso  
Ele manda formar batalhões.”*

*“Dinheiro recebo de longe  
Nada falta para a nossa missão  
Quero que o Império triunfe  
Inda mesmo com armas na mão.”* (BOMBINHO,1898,P.29)

Assim Bombinho declara a versão de que o partido monarquista forneceu e financiou dinheiro para armas e munição para os jagunços e o responsabiliza pela trama da guerra:

*“Dizem que o partido monarquista  
Despeitado com o partido jacobino  
Tramou a grande guerra contra todos  
Pra tal fim trabalhou com muito tino.”* (BOMBINHO, 1898, P. 137)

Outro fato que o autor narra, é a expulsão dos frades Frei João Evangelista Marciano e Caetano São Leão, que seguiram para Canudos com a missão de desfazer o “reduto”, mas foram expulsos por serem considerados “espiões do governo”:

*“Desconfiado se achava o Vilão  
Disse: é preciso a missão acabar  
Não convém os frades aqui  
Convém logo tudo isso findar.”*

*“Chama logo um de seus guardas  
Que o servia com todo fervor  
Não convém estes frades pregarem  
Isto ordena o deus do amor.” ( BOMBINHO,1898,P.36)*

*“ são malvados espiões do governo  
A vocês eles querem iludir  
Que saiam daqui as carreiras  
Eu quero esta festa assistir.” (BOMBINHO,1898,P.37)*

O autor narra em seus versos informações sobre as expedições, seus chefes, o sofrimento das tropas, as baixas, as ferocidades cometidas pelos jagunços aos soldados:

*“Muitos outros oficiais e soldados  
Foram vítimas dos jagunços tiranos  
Que de cristãos nada têm tais feras  
São cruéis, traiçoeiros, inumanos” (BOMBINHO,1898,P.108)*

*“Sangravam como porco no cepo  
E depois cortavam a facão  
Gritavam com fúria diabólica  
Acabe-se com essa Nação.” (BOMBINHO,1898,P.109)*

Mas também, no final do poema, Bombinho revela seu espírito humanitário, denunciando as crueldades do exército contra os moradores de Belo Monte, que mesmo depois de derrotados foram submetidos à degola:

*“Crueldade inaudita e monstruosa  
Foi aquela que ali se viu então  
Os jagunços eram todos degolados  
Não faziam parte da Nação.” (BOMBINHO,1898,P.333)*

Para o autor, era aceitável que os canudenses agissem com barbaridade, pois eram “ignorantes e de baixa classe” e no arraial predominava o fanatismo, mas as crueldades

praticadas pelas tropas republicanas “que vergonha, meu Deus, para o país”.E os horrores que testemunhou, conduzem-no a uma postura contra a guerra:

*“Barbaria igual nunca existiu  
Só Demo inventou tal confusão  
Os povos deviam todos reunidos  
Acabar com tal invenção.”* (BOMBINHO,1898,P.216)

### 1.1 Como os autores contemporâneos ao conflito historiaram Canudos?

Os escritores coevos ao conflito de Canudos, em grande parcela, apresentam um olhar científico, urbanizado e militar sobre Canudos. Estas primeiras interpretações são marcadas pela conjuntura intelectual e política, caracterizada pela substituição do regime monárquico pelo republicano e, na maioria das vezes, permeia por essa linha, interpretações de cunho condenatório implícito ou explícito, produto da mentalidade do seu tempo. Estes autores envolveram-se no conflito de Canudos de maneira direta ou indireta, ou seja, foram contemporâneos ao evento, sendo eles militares e civis que serviam ao Exército, jornalistas, intelectuais, políticos, membros da Igreja, etc.

Os autores dessa corrente apresentam uma visão contraproducente de Canudos, Conselheiro e seus seguidores. O líder religioso é rotulado como louco, criminoso, monomaníaco, gnóstico bronco, e aqueles que o seguiam definidos como fanáticos, delinquentes, rudes, degenerados, incultos, cruéis, traiçoeiros, feras, isto é, compreendia Belo Monte como uma ameaça, um perigo, um mal que deveria ser exterminado e varrido do mapa, além disso, os intelectuais ou letrados das cidades, viam a cultura urbana como superior e civilizada e a rural como atrasada e inculta, e com o arraial canudense não seria diferente, assim o definiram como um lugar, atrasado, feio, desorganizado.

A bibliografia coetânea, em sua maioria, exalta o papel do Exército, definindo-os como heróis, defensores da honra de sua Pátria, ou seja, apresentam perspectivas favoráveis ao Exército republicano e posicionam-se contra a causa belomontense. Em sendo militares, os relatos se concentra numa perspectiva de descrição das operações de guerra, em especial sobre os combates da Quarta Expedição, e a maioria deles trataram os vários elementos

constitutivos de Canudos como uma violação à ordem política, social e econômica do sertão nordestino, servindo como justificativa para a chacina realizada pelos soldados.

Outra característica comum entre esses autores é a de apontar a cidadela como um reduto de monarquistas, que tinha o objetivo de restauração e conseqüentemente como sendo inimigos do governo em vigência, acusando-os de receberem do partido decadente armas, munições, exceto Horcades, Benício e Aristides Milton, que não viam nenhuma ligação entre conselheiristas e monarquistas, pelo contrário, para eles isso não passava de falsos boatos, divulgados pela imprensa.

É digno de nota, que embora já houvessem sido publicadas várias obras, todas elas viram-se ofuscadas pelo impacto de *Os Sertões*, que durante muitos anos, foi considerada como a fonte basilar da pesquisa historiográfica e também na principal fonte de perpetuação dos equívocos e contradições ali abordados.

Alguns dos autores dos primeiros escritos sobre o bárbaro conflito filiam-se a um pensamento eminentemente positivista, fruto da visão de progresso nascidas no século XIX, em que perpassa a ideia das evoluções das sociedades humanas. No caso específico de Euclides é necessário reiterar, que o mesmo foi influenciado pelo evolucionismo e o determinismo derivado da Europa, ou seja, interpretações impregnadas de preconceitos social-darwinistas e racistas, afirmando ser os belmontenses uma “subcategoria étnica” e exaltando as raças superiores brancas e européias.

## CAPITULO II

### 2. A VERTENTE REGIONALISTA: A VOZ DOS VENCIDOS.

Na década de 1950 surge outra vertente que trata sobre Canudos, isto é, a historiografia regionalista, representada por José Calazans, aliada a história oral e à pesquisa de documentos. Calazans resgata a história de Canudos calcada em testemunhos dos sobreviventes e ex-conselheiristas, que testemunharam o conflito e também na revisão de manuscritos e documentos sobre o episódio. Utilizando-se da oralidade como fonte de pesquisa, baseando-se no folclore e nos elementos culturais, recompõe o cotidiano de Belo Monte por meio dos relatos e histórias de vida da população, oriundas de diversas regiões, o que possibilitou uma reconstrução do passado e o surgimento de uma nova visão de Antônio Conselheiro e Canudos, a partir de novos estudos e novas interpretações, pois até então, “*Os Sertões reinava absoluto como conhecimento histórico.*” (NASCIMENTO, 2008, p.111)”.

O autor escreveu várias obras tendo Canudos como núcleo temático, dentre elas, *No Tempo de Antônio Conselheiro Figuras e Fatos da Campanha de Canudos*, constituída por seis artigos independentes, mas que abordam sobre uma temática comum: A campanha de Canudos. No primeiro deles, *As Mulheres de “Os Sertões”*, publicado em 1959, Calazans faz uma reflexão sobre a maneira como Euclides da Cunha retratou sobre as mulheres canudenses, com o intento de desmistificar os biógrafos de Euclides, os quais afirmavam que as mulheres não apareciam em suas obras. Combatendo essas declarações, mostra várias citações de *Os Sertões*, que comprovam não haver fundamento na idéia da ausência da figura feminina na citada obra, no entanto, salienta certa tendência do escritor na questão de assexuar as mulheres tratadas no seu livro.

No segundo artigo *Euclides da Cunha e Siqueira Menezes*, o autor faz alguns questionamentos a respeito das considerações do embaixador Gilberto Amado, no tocante as declarações feitas por Siqueira Menezes, afirmando que Cunha não chegou a pisar no solo da guerra, em que o autor contesta tal afirmação, apresentando dados que desmistifica a referida declaração de Siqueira Menezes.

No artigo *O sebastianismo no folclore de Canudos*, Calazans aborda sobre as pregações do peregrino e como as mesmas foram capazes de seduzir e atrair “milhares de fanáticos” para Canudos, vindos de diversos lugares, afirmando que:

*“Suas pregações, entremeadas de citações latinas, arregimentaram milhares de fanáticos, homens e mulheres, velhos e moços, muitos dos quais abandonavam seus lares, desfazendo-se mesmo dos bens que possuíam para seguir o singular peregrino cearense suas constantes caminhadas através dos envios sertões brasileiros onde o beato ia levantar igrejas e construir cemitérios.” (CALAZANS, 1959, p. 47)*

O que proporcionou o crescimento extraordinário da cidadela, que não obedecia às autoridades civis e religiosas. Ou seja, tudo isso só foi possível, segundo Calazans, graças às pregações de Conselheiro.

Em *A guerra de Canudos na poesia popular*, o autor elaborou um artigo “o cancionero histórico de canudos”, composto por versos coletados em diferentes fontes da Bahia e Sergipe e angariados em diversas obras, como também oriundos da tradição oral. Ratificando sua admiração por *Os Sertões*, qualificando-o como “livro magnífico”. Ressalta sobre a organização da Quarta e última expedição enviada a Belo Monte, os quais se defendiam “heroicamente” nas três primeiras expedições.

Já na obra *“Quase biografias de jagunços”*, publicada em 1986, Calazans apresenta as biografias de pessoas “quase esquecidas”, fazendo reviver os beatos de Canudos, os comerciantes, negociantes, proprietários, chefes militares, os agricultores, professores, combatentes, como também, figuras femininas importantes do “séquito”. Neste livro fica manifesto, que existia uma organização no arraial, que cada pessoa desempenhava uma função, abordando sobre Conselheiro, a vida econômica e religiosa, vale dizer, que o autor da voz e vez aos vencidos:

*“Os vencidos também merecem um lugar na história. Não devem ficar no anonimato. Precisam desfrutar da situação definida do “quem era quem”. Assim pensando, julgamos que a gente que lutou, matou e morreu na guerra fratricida de Canudos, (...) faz jus a ingressar num texto de caráter biográfico”. (CALAZANS, 1986, p.7).*

A partir da leitura e análise das biografias, fica claro que em Canudos existiam proprietários de terras, ricos comerciantes, que estes últimos moravam em casas de telha, o que significava *status*; *“o entendimento entre os dois (Antônio Vilanova e João Abade )*

*representava uma garantia de dominação . Moravam na mesma praça das igrejas , em casas de telhas, símbolos do poder que desfrutavam” ( CALAZANS, 1986. p. 58). Colocando que muitas pessoas, principalmente os comerciantes, se transferiram para a cidade, não movidos pela fé, mas por interesses comerciais, já que alguns enriqueceram facilmente, o que mostra que Canudos tinha uma rede de relações comerciais. O autor discute sobre a existência de uma vida econômica em Belo Monte, afirmando que “Na escola, havia aula todos os dias e era mista. Cada menino pagava 2.000 réis por mês e eram muitos alunos” (CALAZANS, 1986. p. 54) Ou seja, mostra a existência do ensino no arraial, culminando na preocupação que Conselheiro tinha com a formação de seus seguidores.*

Já Marco Villa organizou a obra *Calazans, um depoimento para a história*, publicado em 1998, em que apresenta um conjunto de entrevistas sobre o tema Canudos, realizadas em Salvador entre os dias 4 a 8 de agosto de 1997. Nas conferências Calazans trata de diversas questões relativas ao tema. Abordando sobre sua primeira viagem ao sertão nordestino, apresentando alguns informes sobre sua formação como historiador. Reavalia algumas interpretações de Euclides da Cunha, sem deixar de reconhecer seu valor como documento histórico, fazendo algumas considerações sobre o “livro magnífico” e relata sobre o cotidiano da comunidade canudense.

No tocante a sociedade de Canudos o escritor regionalista comenta em relação à religiosidade de Conselheiro, suas festas, prédicas, terços, além de outros aspectos e afirma que a vida religiosa de Belo Monte, as missas, o ritual, era igual às outras vilas do sertão, geralmente era um padre que celebrava. Menciona sobre Conselheiro e seu costume de erguer igrejas como cita em Bom Jesus, Crisópolis, descrevendo assim as festas religiosas “O Conselheiro era um católico de festa. As cerimônias dele todas eram festivas, as cerimônias religiosas. A benção da Igreja de Santo Antônio, lá em Canudos, foi uma coisa também muito festiva.” (CALAZANS, 1998, p. 57-58). Rejeita a interpretação euclidiana de que era um “louco”, “enfermo”, mas para ele “o Conselheiro era um homem bom, que fazia igrejas, que ajudava o povo e tal” (CALAZANS, 1998, p. 60) como demonstrava os relatos que recolhia. Também comenta sobre alguns rituais como o “beija de imagens”, o que reforça a idéia da preservação de doutrinas da Igreja Católica. Além disso, mostra a relação de Conselheiro com a Igreja Católica, ressaltando que certos cerimoniais e batizados eram realizados por padres que auxiliava Canudos, a Conselheiro “o padre prestava assistência por que se batizou as pessoas nos dias 2 e 3 de novembro de 96, ele não tinha rompido com o Conselheiro” ( CALAZANS, 1998, p.71 ) Esta citação mostra também, que não houve um rompimento total

entre Conselheiro e os membros da Igreja, pois ele aparecia muitas vezes como padrinho das crianças que eram batizadas pelos padres.

O autor escreve sobre a organização do arraial, sua população, questão esta polêmica, que por mais de cem anos dividiu os historiadores e pesquisadores. Pois para ele, Canudos não pode ser considerado como a segunda maior cidade da Bahia como se fosse algo inquestionável:

*“Aquele número de 5.200 casas é um exagero (...) como é que apareceu este número. (...) Acho que estes números exagerados foram determinados pelo Exército, como um modo de responder a Carlos Teles que disse que não havia mais de duas mil casas.”*  
(CALAZANS, 1998, p. 81-82)

Calazans analisa as relações econômicas e as estruturas de poder, discute a idéia do suposto socialismo presente no arraial, já que ele não concorda com esta interpretação, *“Daí não dá para aceitar que Canudos foi socialista. Não nego o papel de líder social de Conselheiro (...)”* (CALAZANS, 1998, p. 86). Para ele Canudos não possuía uma sociedade igualitária, como afirma alguns historiadores, Edmundo Moniz, por exemplo, mas sim, uma sociedade solidária.

Ao retratar sobre as mulheres, Calazans discorda da versão defendida por Euclides sobre a existência da prostituição no arraial, pois ele afirma que segundo os depoimentos, as mulheres trabalhavam em casa, que muitas delas foram mais valentes que os homens, participavam das rezas, *“Aquele coisa do Euclides falar em mulheres que se prostituíam é pura invenção, basta ver o Relatório do Comitê Patriótico. Para Conselheiro, as mulheres eram para ser tratadas com respeito.”* (CALAZANS, 1998, p. 93). Não deixa de abordar sobre a influência que Canudos exerceu na região, havendo muitos conselheiristas fora da cidade, que inclusive faziam romarias para Belo Monte e retornavam para suas casas.

Nas últimas entrevistas traça o perfil do guia da comunidade, desde quando chega à Bahia, até se transformar no grande líder religioso, fazendo uma discussão sobre o suposto messianismo e milenarismo do Conselheiro, questões também que apresentam controvérsias no seio da historiografia. Ressaltando que *“o Conselheiro está muito ligado a idéia de servir aos humildes.”* (CALAZANS, 1998: 106). Outra questão analisada por Calazans é em relação à aceitação ou não do dinheiro da República por Conselheiro, pois como defendem vários

historiadores que primeiro historiaram a Guerra, Conselheiro condenava tudo que fosse da República inclusive o dinheiro, em contra censo o autor revela que “*o Conselheiro, alguns dizem, que nos primeiros tempos, rasgava o dinheiro da República, mas que depois ele não rasgava. Por que se tem loja para vender, se vende o gado, então não pode viver naquela coisa de não ter dinheiro.*” (CALASANS, 1998, p. 113).

Enfim, Calazans dedicou mais de cinquenta anos de sua vida pesquisando e escrevendo sobre Canudos, o que possibilitou uma nova reflexão sobre a temática, sendo hoje uma referência para os estudiosos que pesquisam sobre a referida temática “*talvez até vaidosamente, eu possa dizer que contribui para que tivesse hoje uma nova idéia de Canudos.*” (CALASANS, 1998, p. 134).

## 2.1 Calazans: a história de Canudos contada pelos “de dentro”.

Como já afirmei anteriormente, *Os Sertões* se consagrou, por muito tempo, absoluto, como fonte “inquestionável” e definitiva na historiografia, era considerado como o texto oficial do episódio. A partir do final da década de 1950, José Calazans escreveu um novo olhar sobre Canudos, baseado na História Regional “*além de documentos tradicionais aceitos pelos eruditos e pesquisadores, fontes escritas de origem diversa, Calazans utilizou o testemunho oral para reconstruir a história de Canudos*” (NASCIMENTO, 2008, p. 97). Suas obras pautam-se, sobretudo, na oralidade, sendo ele o precursor da história oral no Brasil, num momento que não havia reconhecimento da sua importância, e na memória de testemunhos oculares, o que proporcionou o surgimento de uma visão diferente, servindo aos historiadores como pistas e pontos de partida para novos estudos e interpretações. Pois até então, a historiografia de Canudos estava marcada pela interpretação dos autores que participaram da Guerra. Calazans apresenta assim, a versão dos vencidos sobre sua própria história, vale dizer, redefine partes da história visto por outro ângulo, dando vez aos vencidos, aos excluídos, focalizando a história dos pequenos mundos e saberes populares, inatingíveis pelas macro-abordagens, analisando as articulações cotidianas no nível social, econômico, político e cultural de um grupo social. Também buscou na literatura de cordel, na poesia popular, na música, informações complementares sobre o tema o que era, de certa forma, relegado pela Universidade.

O fato é que embora o espaço físico de Belo Monte tenha desaparecido, destruído pelo fogo e pelas águas, Canudos não morreu, pois permaneceu viva na memória dos sobreviventes e a transmissão oral por meio das gerações garantiu a sobrevivência da história daqueles que viveram seus dias no arraial, para que não caísse no silêncio e no esquecimento. Lembrar é recompor o passado, “*a memória é sempre fiel e móvel*” (LE GOFF, 1984, p.46), embora não seja possível se ter uma lembrança intacta do passado, pois ela é induzida pelo presente, isto é, “*a elaboração da memória se dá no presente e para responder as solicitações do presente*” (MENESES, 1992, p. 9), a memória é o passado visto com os olhos do presente. Não bastava abolir fisicamente com a Aldeia Sagrada, era também conveniente e necessário excluir Canudos da memória, ou melhor, disseminar uma determinada versão da história:

*“Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.” (LE GOFF, 1984:13)*

Calazans nos traz uma visão de Conselheiro totalmente diferente da abordada pelos autores que testemunharam a guerra, qualificando-o como um homem bom, humilde que ajudava os pobres e necessitados, imagem reconstituída através dos depoimentos dos sobreviventes, e que o movimento de Canudos teria sido possibilitado pela religiosidade, se configurava como uma sociedade igualitária e tinha um forte e evidente perfil messiânico. E essa interpretação de Calazans, aponta para a continuidade da *tradição messiânica e milenarista*, presente na obra euclidiana, no entanto, muitas de suas interpretações, provocam uma ruptura com os defendidos até então.

É nesse contexto, de novos padrões historiográficos, que os historiadores visitam o sertão baiano. Com uma clara inquietação em dar voz aqueles que por muitos anos se conservaram a margem dos relatos dos processos históricos.

## CAPÍTULO III

### 3 – A CORRENTE MARXISTA: O FANATISMO DE BASE MATERIAL.

Outra corrente de interpretação do movimento de Canudos é a que se baseia no marxismo ortodoxo para explicar o referido movimento, como por exemplo, “*Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas*” de Rui Facó, publicado em 1963. Neste, o autor, paradoxalmente, apresenta os canudenses como sinal de progresso e a repressão das autoridades republicanas como símbolo do atraso, isto é, uma visão totalmente diferente da visão euclidiana que prega justamente o contrário. Na obra o autor analisa os movimentos camponeses “messiânicos”, baseando-se nas divergências inter-classistas mais intensas. Facó defende que o motivo das lutas, se baseia na falsa premissa de que elas têm origem no messianismo, embora não negue o seu caráter religioso. Para ele, o fanatismo tem uma base material e serve como capa de fundo para o movimento, pois são oriundos dos “males do monopólio da terra”, do sistema latifundiário, já que as terras se concentravam nas mãos de uma minoria e os pobres não tinham acesso a terra, e por isso, buscavam uma saída nos grupos de cangaceiros e nas seitas fanáticas em torno de beatos e conselheiros. Pois estes sonhavam em conquistar uma vida melhor e, às vezes, “de arma na mão”, ou seja, o autor, pensador marxista, coloca o cangaceirismo e o fanatismo como resultante da luta de classes.

*“Tais são os fatos, geralmente dissimulados por interesse de classe, mostrando que Canudos foi, sob a capa de misticismo religioso em torno do Conselheiro, fundamentalmente uma luta de classes – uma luta aguerrida contra o latifúndio, contra a miséria e a exploração terrível que o monopólio da terra engendra e mantém secularmente no Brasil (...) eles travavam uma luta de classes. Inconscientemente, não importa, mas uma luta de classes.” (FACÓ, 1991.p.123-124.)*

Facó faz uma análise cronológica do aparecimento de Conselheiro e seus adeptos no sertão para mostrar que é infundada a ligação que se fez entre Canudos e os chefes monarquistas:

*“Chegaram a pretender uma ligação, materialmente difícil ou impossível na época, entre os chefes monarquistas do Rio e Petrópolis e a população rebelada de Canudos. Difícil ou impossível por um motivo muito simples: o quase completo isolamento em que se encontravam as populações sertanejas em relação aos chefes políticos das metrópoles.” (FACÓ, 1991.p.87)*

O que existia de fato, segundo o autor, era uma completa divergência entre as duas civilizações, as duas culturas, como também, uma total ausência de relações econômicas e interesses materiais entre ambas. Ele mostra que Antônio Conselheiro já pregava suas “doutrinas subversivas” num período bem anterior à implantação do regime republicano.

Facó retrata também, sobre o modo de vida dos canudenses, afirmando que “*segundo testemunhos fidedignos, os habitantes de Canudos pelo menos durante a luta armada, praticavam uma espécie de comunismo primitivo*” (FACÓ, 1991. p.101), semelhante ao modo como as sociedades pré-históricas viviam, antes da formação dos Estados e da existência de classes sociais.

Ainda se tratando da interpretação marxista de Canudos, pode-se citar o autor Edmunndo Moniz e sua obra “*Canudos: a luta pela terra*”, publicada em 1978. Assim como Facó, Moniz defende que Canudos não foi uma revolta de fanáticos, mas sim, uma luta pela terra, como sugere o próprio título de sua obra. Isto é, a guerra de Canudos não tinha o intento de restabelecer o regime monárquico, nem era contrária a República, o seu propósito fundamental, era a luta pela posse da terra.

Moniz descreve Antônio Conselheiro com uma interpretação positiva. Para o autor o peregrino era um homem de pensamento teológico ortodoxo e conservador, um reformador social, adepto do Socialismo Utópico, uma liderança carismática, defensor da reforma agrária do século XIX, que tinha o projeto de realizar a reforma agrária no Nordeste, “*não havia em Antônio Conselheiro soberba nem arrogância quando se dirigia a alguém. Era humilde e recatado.*” (MONIZ, 1978, p.48).

O autor retrata que a realidade social dos camponeses neste período, era uma vida de miséria e opressão e por isso Conselheiro queria mudar a ordem social. Em virtude disso, se tornou a esperança por uma vida melhor, pois ele defendia que essa miséria que assolava os camponeses era resultante da má administração das autoridades governamentais e pregava o fim do latifúndio para tentar amenizar as diferenças sócio-econômicas. Ele “*opunha-se à ordem social baseada no latifúndio e na exploração dos camponeses*” (MONIZ, 1978, p.29). Para ele, Conselheiro queria construir uma sociedade igualitária em que tudo fosse dividido entre todos, “*uma sociedade igualitária, sem divisão de classes, prescindia de um governo no sentido mais comum do termo.*” (MONIZ, 1978, p.49). Devido as suas prédicas religiosas e o seu discurso em defesa de uma vida mais digna para os camponeses, com isso Conselheiro consegue angariar milhares de sertanejos.

Para Moniz, ver Canudos como uma revolta de camponeses é ver a história com o olhar do dominante, pois o discurso ideológico resume a revolta contra as condições de vida dos camponeses: pagamento de impostos, ausência de terra, etc. E afirma que “*as expedições contra Canudos não tinham o menor fundamento moral ou jurídico. Eram totalmente ilegais (...)*” (MONIZ, 1978, p.90), pois o autor considera como já foi mencionada, a idéia da restauração monárquica absurda, essa idéia era para comprometê-lo diante da opinião pública e destruí-lo politicamente, pois o que aconteceu em Canudos “não foi uma luta de monarquistas e republicanos”. Para ele Conselheiro não era anti-republicano, pois seu movimento é anterior a República, e até mesmo durante a Monarquia ele foi preso e espancado, assim afirma que “*se a República iniciasse a reforma agrária não haveria canudos (...) seu movimento de tendência socialista estava além da Monarquia e da República. Este socialismo não se fundamentava no materialismo dialético de Marx e de Engels, e sim na Utopia de Tomás More, no cristianismo primitivo e nos anseios das massas camponesas.*” (MONIZ, 1978, p. 98), e estava aí a origem histórica e ideológica de Canudos

O movimento de Belo Monte representa assim, para o autor, um dos momentos cruciais da luta de libertação dos pobres do campo. Afirmando que “*a epopéia de Canudos ficará em nossa história como um patrimônio das massas do campo e uma glória do movimento revolucionário pela sua libertação.*” (MONIZ, 1978, p.126).

### 3.1 Canudos: uma luta pela posse da terra?

Essa interpretação política e econômica de Canudos surgiu entre as décadas de 1950 e 1970, numa época em que a questão da terra estava na pauta das discussões, ou seja, a questão da reforma agrária tinha se tornado objetivo de luta do grupo de esquerda do Brasil. E esta versão para o movimento, apontou para uma avaliação totalmente divergente daquela que já tinha se tornado definitivo e “imortal” na memória dos homens com a obra “*Os Sertões*”.

A questão é que por várias razões o movimento de Canudos recebeu diversas e contraditórias interpretações. A corrente marxista é uma dessas correntes que associa o movimento deflagrado no sertão de Canudos à luta pela terra, se configurando como mais um dos conflitos envolvendo a questão agrária no Brasil, contra a opressão, o latifúndio, além de outros fatores, colocando Conselheiro como um líder dos sem-terra. Assim os movimentos de caráter messiânicos eclodidos no Brasil lutavam contra o latifúndio tendo como via a religião, versão adversa a defendida por *Os Sertões*, que defendia a clara e sólida existência do messianismo e do milenarismo no arraial. No entanto, a superioridade da explicação euclidiana

perdurou precisamente até fins da década de 1950, como já foi afirmado anteriormente, quando as explicações sociológicas passaram a entender a agitação valorizando seus fatores positivos, em detrimento das explicações negativas e condenatórias, provindas do momento intelectual e político da época. Partindo dessa premissa, são apontados como elementos positivos do movimento o combate pela terra e a perspectiva de transformações expressivas e importantes da estruturação política e social brasileira.

Essa linha de argumentação classifica Conselheiro como um revolucionário, um reformador social, um homem humilde, um socialista utópico, etc. É preciso ressaltar também outra divergência de interpretação com os primeiros escritos, pois a corrente marxista, considera um equívoco afirmar que Canudos tinha pretensões restauracionistas e apresentava os belomontenses como símbolos do progresso e a repressão como símbolo do atraso, em oposição a tudo que fora escrito.

## CAPÍTULO IV

### 4. OS AUTORES RECENTES: CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DE CANUDOS.

Dentre os trabalhos recentes que se debruçam a estudar e pesquisar o eixo temático de Canudos pode-se citar Marco Villa em sua obra *Canudos o povo da terra*, publicada em 1995, na qual apresenta uma nova visão do motim através da análise criteriosa das fontes e assistência de documentos inéditos, desconstruindo algumas interpretações e mitos sobre o tema proposto. Inicialmente, apresenta a biografia de Conselheiro, descrevendo toda sua história de vida desde o início, até se transformar no beato de Belo Monte e no “santo sertanejo”. Para ele, o chefe de Canudos representava a protrusão com a ordem social vigente, pois “*Antônio Conselheiro dava um sentido à vida dos sertanejos, demonstrando no dia-a-dia os limites do poder autocrático de Estado, da Igreja e dos latifúndios e, mais ainda, a possibilidade de superação desta ordem social*” (VILLA, 1995, p. 29), colocando a religião como componente fundamental de união da comunidade. Expõe as razões dos conflitos com a Igreja Católica e a solidificação da sua influência religiosa no sertão, relacionando o beatismo com o processo de evangelização do Brasil, fazendo uma analogia entre a vivência religiosa brasileira e a tradição judaico-cristã, além da expansão do cristianismo.

O autor trata sobre a organização da comunidade no tocante as questões econômicas, políticas, sociais, religiosas, etc. Recusa a idéia defendida pela interpretação euclidiana da existência do suposto sebastianismo de Conselheiro, pois, segundo Villa, não se esperava a vinda de nenhum Messias, muito menos de D. Sebastião. Também discorda da versão de que Conselheiro escolhera Canudos como lugar escolhido estrategicamente, já que “*não é possível concordar com a ideia de que Antônio Conselheiro escolheu a região pensando na possibilidade de um ataque governamental e daí buscou em local distante, de difícil acesso, pensando em transformá-lo em uma fortaleza inexpugnável*” (VILLA, 1995, p. 55). Mas a escolha do lugar seria devido a possibilidade de acesso dos simpatizantes de Conselheiro, por ser próximo a uma fonte de água, o Vasa-Barris, e com uma razoável base econômica inicial, além de permitir os contatos econômicos e sociais com as vilas e cidades da região.

Conforme Villa a organização econômica de Canudos seguia a “tradição sertaneja”. Isto é, a presença na cidadela de uma prática comunitária, baseada na cooperação no processo produtivo, configurando-se como elemento fundamental para a comunidade, em virtude das condições climáticas, do solo e do baixo desenvolvimento das forças produtivas. Contudo, *“não é o caso de considerar a existência de um suposto socialismo utópico devido à gratuidade na entrega da terra aos novos moradores (...). A organização econômica tinha como base o comunitarismo, isto é, a responsabilidade de cada indivíduo pela manutenção da coletividade. (VILLA, 1995, p. 65).* Já que havia no arraial o direito de propriedade sobre a produção familiar, assim como um fundo comum, constituído com parte do excedente produzido pela comunidade, que sustentava uma parcela da população que não possuía o necessário para sua subsistência. Por isso era comum a prática do mutirão em várias atividades. Reflete sobre os problemas e dificuldades do homem do sertão de viver numa região afligida pela seca, afirmando que:

*“a economia de Canudos, como qualquer vila da região, vivia assolada pela escassez. A seca, o solo árido e as pastagens pobres tornavam a sobrevivência cotidiana um desafio constante. (...) a maioria dos moradores provinha do campesinato pobre, que não encontrava na estrutura de dominação tradicional meios de subsistir e /ou de agir com relativa autonomia, sem que o poder do chefe local intervisse”.(VILLA, 1995, p. 68)*

E na comunidade de Belo Monte os sertanejos encontravam a possibilidade de viver uma vida nova, longe do coronelismo existente. Villa analisa também, sobre o processo histórico que culminou na queda da Monarquia e na implantação da República, enfatizando a importância dos fazendeiros de café no estabelecimento do novo regime e as modificações ocorridas no Brasil neste período e que tiveram grande repercussão na Bahia. Posteriormente, aborda sobre o início do conflito militar entre Canudos e o governo baiano, descrevendo com minúcia as Quatro Expedições, as vitórias e resistências dos jagunços, as táticas de guerra das tropas republicanas, o excessivo número de mortos, o fim do calamitoso do conflito e o aniquilamento da maioria dos prisioneiros com a degola, como também, as homenagens e congratulações dirigidas ao Exército após o fim da guerra e a derrota total de Canudos.

Finalmente, o autor faz uma conclusão na qual salienta sobre as várias análises feitas sobre Canudos abordando sobre as interpretações imprecisas e ambíguas existentes, ressaltando

com jactância a falsa idéia da comunidade, sebastianista, messiânica ou socialista utópica, como defende Moniz, pois “*havia propriedade privada, acumulação privada de parte dos lucros e desigualdades sociais.*”. (VILLA, 1995, p. 237) Mas sim, existia o comunitarismo. Critica ainda a interpretação de Rui Facó quando afirmou que o messianismo tem um “fundo material”, para Villa, os autores marxistas “*desqualificaram a luta de milhares de sertanejos por que não se adaptava ao modelo revolucionário ocidental*””.(VILLA, 1995, p. 238).

O autor coloca ainda em suspeita a imagem de Canudos criada por Euclides, embora o considere como maior intérprete da guerra, no entanto tenha apresentado uma visão negativa do arraial. Para Marco Villa “*Canudos foi o grande momento da história nordestina do final do século XIX e significou a negação radical de uma sociedade marcada pelo racionalismo cientificista, pelo mandonismo e pela lógica do capital, acabando por se transformar em uma das maiores referências da história do Brasil*” (VILLA, 1995, p. 244-245)

Outro trabalho de valiosa importância, é a obra *Antonio Conselheiro a fronteira entre a civilização e a barbárie*, escrita por Rogério Silva Souza, publicada em 2001. Discute várias questões sobre Conselheiro e a Guerra de Canudos, com base numa multiplicidade de fontes documentais e um rico apoio bibliográfico, criticando as várias tendências historiográficas, sejam a euclidiana, a marxista e a regionalista; desconstruindo algumas idéias defendidas por autores dessas gerações, analisando a dicotomia ente progresso e atraso, civilização e barbárie, como sugere o título da obra, como também, entre vencidos e vencedores, o que permite um novo olhar sobre a figura de Conselheiro e a cidade (Coloque como noto de roda-péo termo cidade é preferido pelo autor, ao invés de arraial, devido não apenas às dimensões daquele espaço, mas pela grandeza simbólica que ele alcançou) fundada por ele. Rogério questiona a noção de progresso na história, mostrando que aqueles que eram considerados como bárbaros, também possuíam atos vistos como de civilizados, sendo esse um dos focos do seu trabalho. Quais seriam então esses traços civilizatórios? A “concepção de moral, o exercício da justiça”, além de outros. O autor baseia-se na obra de Norbert Elias *O Processo Civilizador*, onde a noção de civilização aparece ligada a idéia de moldar comportamentos, algo que está intrínseco às ações de Antônio Conselheiro. Na obra, é apresentada uma análise genealógica de Conselheiro desde sua infância pelos sertões cearenses até se converter no líder de Belo Monte, pois se torna necessário essa busca ou resgate de sua origem e de sua família para se compreender e recompor esse personagem histórico. Em paradoxo a versão propugnada por muitos autores aqui apresentados, especialmente os coevos ao conflito armado, que definem o

peregrino como inculto, rude, incivilizado, bárbaro, Rogério comenta sobre a preocupação que o pai de Antônio Vicente Mendes Maciel tinha com sua formação educacional, sendo que o mesmo frequentou um curso de sacerdócio, uma das formas encontradas para torná-lo um letrado, numa época e lugar carente de recursos e a carreira eclesiástica significava status e prestígio:

*“ a forma como Antônio Vicente foi educado o tornou diferente não apenas da realidade do interior do Ceará, mas da realidade do próprio Brasil, não ficando nem um pouco longe dos meninos privilegiados das elites, que eram destinados à carreira do bacharelado e do sacerdócio(...) Dedicar-se ao sacerdócio era uma forma de tornar-se erudito. ( SILVA,2001:P.41-42)*

Mais uma razão para combater a visão deturpada que se tem de Conselheiro. Pois seu pai o educou por meio da “civilidade e da urbanidade para exercer o mando”, e a religião surgiria como uma porta de entrada para sua inserção no mundo.

Examina a possibilidade de haver a cooperação de algumas figuras de poder existentes na região, de pessoas de “fora”, como padres e chefe de polícia, por exemplo, na possível venda de instrumentos bélicos para os conselheiristas feita pelo padre Martinho Codizo Martinez , como ele mesmo afirma: *“o abastecimento externo de armamentos teve um papel relevante na resistência dos conselheiristas. Dentro disso, o padre Martinez pode ter sido apenas um dos inúmeros contatos de Canudos”* (SILVA, 2001: P.80) e não apenas se equipavam com as armas deixadas pelos soldados a partir da Terceira Expedição, como tradicionalmente se proferiu, mas que tinham outras fontes de provimento de armas. E essa possível colaboração ratifica também a conservação dos contatos entre o peregrino e sacerdotes da Igreja católica, *“apesar do rompimento formal da instituição com o Belo Monte, alguns de seus membros podem ter continuado a simpatizar com a ação do peregrino”*. (SILVA, 2001: P.81). E com crescimento da população e conseqüentemente da cidade, sua organização e estruturação econômica culminariam no aumento das vendas e trocas comerciais, concretizando esse “contato externo” de Canudos defendido pelo autor.

Em *Antônio Conselheiro a fronteira entre a civilização e a barbárie* é feita também uma discussão sobre a fronteira entre a “razão e a desrazão” corroborada na questão da brutalidade perpetrada pelo Exército republicano como “fruto de uma razão do Estado”, que

descreve como “a mais digna representante da violência imputada à barbárie”. “*mas essa visão tornou-se opaca para alguns homens da época que, banhados por todos os valores do século XIX, perdiam em certos casos, todos os valores civilizatórios, em nome da própria civilização.* (SILVA, 2001: P.99) E isto para o autor representava a “morte da razão”. Quando retrata sobre o fanatismo, o autor traz à baila uma importante e nova reflexão, pois por muitos anos o que se propagou foi apenas o fanatismo dos canudenses e Rogério chama a atenção para os outros sujeitos da história defendendo “que o culto ao chefe existia em ambos os lados”, ou seja, nos dois lados existiam manifestações de fanatismo (O beijo dado por muitos soldados na imagem de Floriano Peixoto, como escreve Euclides da Cunha, é um dos exemplos tratados). O que pode ser comprovado se analisarmos o apoio que a população de vários cantos do Brasil, forneciam as tropas e sua fúria após a derrota da Terceira Expedição, vale dizer, o povo que lutava por Conselheiro era visto como fanático e irracional e os que apoiavam o Exército e a República para que destruíssem totalmente o arraial canudense acreditando ser ali um foco de areação monárquica, também não seriam? Para o autora partir do momento que a população brasileira empastelou jornais monarquistas ao saber da morte do Coronel Moreira Cesar, dava vivas aqueles que traziam boas notícias sobre o andamento da Guerra à favor do Exército, ela estava assinando “seu atestado de irracionalidade”. Mas ele também, não deixa de alertar que “a ação dessa massa era estimulada pela forma como o conflito vinha sendo mostrado na imprensa” (SILVA, 2001: p.99) Porém isso não justifica tal atitude. autor escreve sobre as intervenções feitas pelo peregrino em Canudos a partir de 1893, desde a mudança do nome para Belo Monte, a fundação da cidade, a atração e crescimento populacional, inclusive fazendo uma ressalva sobre a estatística imprecisa, devido ao contra censo apresentado nos documentos, até a transformação de base material. Abordando o estranhamento dos militares ao se deparar coma cidade, retratando-o como símbolo do atraso “*na observação de homens que vinham de outros centros urbanos aquele lugar só poderia ser classificado como um reduto de miseráveis*”. (SILVA, 2001: P.159) Ou seja, uma conclusão cunhada pelo etnocentrismo. Comenta sobre a relação de Conselheiro com os pobres do lugar, já que sua ação estava mais direcionada para os desamparados. Não apresenta Canudos como uma comunidade homogênea, muito menos igualitária, pelo contrário, “a base da sociedade canudense era ampla e heterogênea” e isso foi responsável pelo aparecimento de diferenciação social na estrutura urbana de Belo Monte:

*“O bairro mais abastado tinha ruas largas e melhor alinhadas, suas casas eram mais confortáveis, ali habitavam*

*os camponeses da Santa Companhia, todavia, moravam também indivíduos que a ela não pertenciam, nos que gozavam no povoado de certos bens e privilégios (...). No segundo bairro, muito maior que o primeiro, estava a plebe, aquela que não se empregava nos serviços das armas e os que eram menos abastados.”(QUEIROZ, 1965.P.214.APUD.SILVA,2001.P.157).*

De acordo com Rogério Souza Silva, a organização urbana de Canudos demonstrava uma forma de diferenciação social, de privilégio e dominação. O autor não nega que havia uma espécie de “comunitarismo” na sociedade analisada, mas também, não rejeita a idéia da existência de desigualdades sociais. Além disso, coloca sobre os irmãos Vilanova, que enriqueceram na cidade por meio do comércio e que “representavam riqueza e status”, o que reforça ainda mais seu conceito de uma comunidade díspar na cidadela.

Não se deve pensar a Guerra de Canudos como um fato isolado no espaço, é preciso refletir sobre o impacto que a mesma teve nas cidades circunvizinhas, que direta ou indiretamente também serviram de palco para a guerra. Já que resultou na devastação daquela região, como também, provocou o abandono de inúmeros moradores das regiões atingidas, por isso, o autor analisa sobre as consequências do conflito armado para as cidades próximas como Uauá, Queimadas, Cansanção, Monte Santo, além de outras.

As características e posturas religiosas de Antônio Vicente também são enfatizadas nessa obra, relacionado o peregrino com a história do catolicismo, para isso retrata o momento que a Igreja Católica vivia no século XIX, com a transformação de sua estrutura a partir da expulsão da Companhia de Jesus. E para ele os movimentos sociais de caráter religioso que eclodiram neste período histórico, foram resultantes desse novo feitiço do catolicismo no Brasil. Na concepção de Euclides e do autor marxista Rui Facó, Canudos possuía um “cristianismo primitivo”, em contraponto, Rogério salienta que essa interpretação pode ser um “perigoso engano”, já que “*o chamado cristianismo primitivo possui características próprias de sua época*”. (SILVA, 2001. P.179) Para Rogério o que existia era um cristianismo de caráter popular “*que além de fugir das hierarquias da Igreja, possuía uma prática heterodoxa*”. (SILVA, 200. P.179). E isso se configuraria como um dos subsídios que beneficiou a ascensão do beato, pois ele foi capaz de perceber essas mudanças religiosas. Portanto inseri-la na tradição do cristianismo primitivo seria um equívoco já que à “*medida que a Igreja Católica crescia, o cristianismo dos primeiros tempos era progressivamente substituído por uma forma*

*institucionalizada de religião. (SILVA, 200. P.179). Ainda se tratando da religiosidade do beato salienta a força da religião em Belo Monte. Reforça que na visão da Instituição Católica, Conselheiro se torna uma ameaça institucional, “um perigo iminente”, embora o autor veja os conselheiristas “ como tão cristãos quanto quaisquer outros do Ocidente”. Para ele “*não há em nenhum momento uma tentativa de ruptura com o catolicismo, o que o peregrino expressa é uma forte ojeriza em relação ao regime que se instalou no Brasil em 1889. (SILVA, 200. P.183).**

Dentre a gama de discussões abordadas na obra em análise, ainda pode-se citar, uma reflexão que o autor faz sobre o que ele denomina de “rede de informações”. Afirma “*três fatores estão presentes na guerra de Canudos e na formação da imagem de Antônio Conselheiro: as mentiras, as calúnias, e a manipulação política. Surgidas principalmente nos momentos mais dramáticos dos combates.*” (SILVA, 200. P.197). Inclusive, a causa imediata que faria deflagrar o movimento foram os falsos boatos da ameaça de invasão dos conselheiristas em Juazeiro, o que fez encetar o cruel conflito. Assim ele faz uma análise sobre a mentira como verdade histórica, e essa “rede de informações” seriam as manipulações da opinião pública formada pelas reportagens dos jornais, os relatórios oficiais, além de tudo o que tivesse:

*“o objetivo de encobrir o massacre que estava sendo empreendido contra aquela população ou, quando a camuflagem falhava, encontrar elementos para justificar as matanças. (...) teve como seu objetivo central criar, na mentalidade dos brasileiros daquele período, a existência da oposição entre a civilização e a barbárie.” (SILVA, 200. P.221)*

O autor não deixa de tecer comentários sobre a relevância que Euclides da Cunha tem para a análise de Canudos, em virtude disso, trata em relação a permeabilidade da Literatura com a História, frisando sempre que Euclides não aceita a visão de civilização de Conselheiro e discute sobre os preconceitos em relação a imagem do beato e a sua cidade variando de época para época, afirma que Cunha não tinha uma preocupação com a verdade histórica, pois baseava-se na mentalidade da época em que escreveu seu livro.

Enfim o autor apresenta uma multiplicidade de abordagens extremamente importantes e valiosas, principalmente por que mostra uma visão multifacetada de Conselheiro, o que nos

permite um olhar amplo do peregrino, rompendo com a visão unilateral e deturpada do mesmo. É sem dúvida uma obra de referência para os estudos do referido tema.

Já Frederico Pernambucano de Mello escreveu o livro *A guerra total de Canudos*, publicada 2007, 110 anos após a sublevação que teve como palco o solo do sertão baiano, tratada neste trabalho. Para ele a Guerra de Canudos foi uma guerra total, ou seja, “sem quartel e sem inocentes”, e em virtude disso, avalia as razões remotas e imediatas do motim, voltando ao período colonial, para discutir sobre as falhas ocorridas nesta época histórica, no tocante aos privilégios das zonas econômicas exportadoras :

*“falar da grande tragédia nacional de Canudos é falar da falha na colonização brasileira que destinou a litoral e sertão trilhas paralelas de desdobramento, dessa incomunicabilidade resultando o fato grotesco de se sentirem estrangeiros o litorâneo e o sertanejo, quando postos em face um do outro.(MELLO, 2007,p.72)*

Na obra Frederico Pernambucano salienta sobre as características dos meios naturais e sociais dos sertanejos, analisando até mesmo seus hábitos alimentares. Como é típico desta corrente dos autores atuais, o autor apresenta uma visão, sob tantos aspectos, superior de Conselheiro:

*“Daí a conclusão de que o Exército brasileiro não se bateu contra nenhum idiota, em Canudos, mas contra um místico de inteligência superior, capaz de levar seu povo a uma guerra total, vale dizer, uma guerra protagonizada por homens, mulheres, velhos e meninos, na defesa de uma cidadela escolhida com perfeição, uma vez que afastada de outros burgos, além de servida pelo Vaza-Barris e por inúmeras estradas por onde fluía uma viva cadeia de abastecimento.(MELLO, 2007,p.86.)*

Isto é, redefine a imagem do peregrino como um homem de certo nível cultural e inteligência, como também defende José Calazans e Rogério Souza Silva. O autor discorda da versão de que Canudos era um núcleo de monarquista, mas para ele existia entre os rebeldes uma simpatia pelo regime monárquico, sem que estes estivessem articulados com os monarquistas. Em relação à República, Canudos se fechava a mesma por não concordar que o Estado se separasse da Igreja, ou seja, desconfiava do esforço de laicização das instituições,

propagadas por metas como a implantação do casamento civil ou da secularização dos cemitérios. Em contrapartida, a República não aceitava o regime social vigente no arraial, no que se refere à tendência de coletivização dos meios de produção, o que Frederico chama de “socialismo caboclo”, representada pela posse comum da terra, o trabalho coletivo, além de outros fatores:

*“Que dessa desconfiança recíproca tenha resultado um apego ainda maior dos sertanejos pela Monarquia, naturalmente inclinados a conservação de valores primitivos como eram, não há qualquer dúvida; mas daí a pensar que as lideranças do trono brasileiro decaído tivessem chegado a militar efetivamente em favor dos revoltosos do nordeste baiano, é conclusão que jamais teve por si qualquer prova, ontem como hoje, não indo além de boato.”(MELLO, 2007,p.100)*

Boato este, que segundo o autor foi bem administrado pela imprensa. Frederico de Mello, ao longo de três capítulos da obra, faz uma análise minuciosa do conflito de Canudos, refletindo sobre o papel desempenhado pelo Exército para agir em uma região desconhecida e sem ter um sistema de apoio, não deixa de fazer uma crítica sobre a incapacidade de alguns oficiais *“e é aí que a expedição vem a ser vítima de um espetáculo de incompetência da parte do comando híbrido a que então estava sujeita” (MELLO, 2007, p.122,)*, ou seja, retrata com detalhes as Quatro Expedições, criticando também algumas atitudes do comandante da Terceira Expedição Moreira César *“na ação, sua atitude é a de um louco desnortado, atravessando a linha de fogo sem ver o perigo, aos gritos de viva a República, achando-se a frente dos combatentes, no mais aceso da luta, oferecendo um alvo esplêndido às balas inimigas, uma delas vindo destinada” (MELLO, 2007, p.130)*, discutindo a repercussão da derrota da Expedição Moreira César, que virou notícia na imprensa e provocou comoção nacional, como também, virou crônicas na boca dos cordelistas, repentistas, etc. E mostra algumas razões que poderiam explicar teoricamente o desastre da coluna César, como por exemplo, a disposição tática dos combatentes, retratando sobre o desenrolar da guerra, as baixas, até destruição total de Canudos.

Os cidadãos brasileiros, como afirma o autor, reagem às notas da derrota da Terceira Expedição destruindo os jornais, depredando e incendiando as redações e oficinas de alguns deles no Rio de Janeiro, como *Gazeta da Tarde, Liberdade e Apóstolo*, como ocorre também

em São Paulo manifestações contra os jornais locais, além disso, esses boatos foram levados a sério pelos homens do Estado, militares, políticos, religiosos, empresários e intelectuais. Daí, em resposta à morte de Moreira César, organiza-se a Quarta Expedição, uma união extraordinária de forças, com a perspectiva de cerca de um terço de todo o Exército para o sertão baiano, que Frederico Pernambucano aborda detalhadamente em sua obra.

O autor defende que uma das causas das derrotas das expedições, seriam o desdém e a ignorância dos soldados quanto ao estudo do meio natural e Canudos, isto é, da Primeira à Quarta Expedição desprezaram o conhecimento no tocante ao *habitat* do inimigo e isso contribuiu para o efeito devastador sobre o homem litorâneo. Um dos exemplos que ele cita é a distância que Canudos ficava da base de operações em Monte Santo, cerca de 90 km, para Queimadas que dava acesso a via férrea, cerca de 168 km, além de outros lugares como Juazeiro que dista 192 km até Uauá, sendo que o Exército marchava a pé ou à cavalo, até onde se dá o combate, sem muitas vezes se encontrar um rio, um córrego e *“raríssimas vezes se encontrava uma lagoa de água estagnada e pútrida, onde o gado bebe e a gente também”*(MELLO,2007,p.205)

Ou seja, queria se cruzar as distâncias sem conhecer os rigores do meio. Mas também, ele não deixa de reconhecer os sinais de modernidade nas ações desenvolvidas com as ofensivas, com artilharia, infantaria e cavalaria e nos instrumentos bélicos empregados, como a presença de canhões, o aperfeiçoamento dos fuzis, além de outros fatores. Frederico Pernambucano também analisa sobre as estratégias dos belomontenses como as guerrilhas, *“a arte da caçada em meio silvestre”*, as roupas que usavam o uso do entrincheiramento, o uso combinado do fuzil moderno com o velho bacamarte, o ataque prioritário de animais condutores da artilharia e dos suprimentos, exibição de corpos ou partes dos corpos dos soldados mortos em pontos notáveis das estradas, além de outras táticas de guerra. O autor menciona ainda sobre a degola, o extermínio dos prisioneiros empregado pelas forças legais o que para ele *“parece ter correspondido a impulso da vingança pelo retalhamento a facção infligido pelo jagunço às primeiras expedições militares despachadas em Belo Monte”*(MELLO, 2007,p.236),fazendo uma reflexão sobre essas duas mortes rituais, de expressão regional, a degola gaúcha e o sangramento nordestino. Além disso, faz um relato sobre os últimos momentos da Guerra, o arrasamento completo da obstinação rebelde, o uso da dinamite, os incêndios:

*‘Como acreditar que uma tragédia assim tenha-se dado sem que se assinale qualquer esforço diplomático de conciliação, quer durante as hostilidades, quer da parte dos políticos, quer da parte dos guerreiros (...). Como acreditar que padrões culturais tão distantes, como o litorâneo e o sertanejo, coexistissem sem contaminação num mesmo país?’(MELLO, 2007, p. 249)*

#### **4.1 Canudos: novas perspectivas.**

Os autores desta geração que trata de Canudos distanciam-se tanto da história positivista, como a regionalista e a marxista, ou seja, não valorizam a história factual, nem a história estritamente econômica. Essa nova corrente dá ênfase nas fontes dos arquivos, se baseiam num amplo apoio bibliográfico e propõe a substituição de uma narrativa de acontecimentos por uma história-problema. Ou seja, são calcados em novas abordagens historiográficas e renunciam a descrição das operações de guerra para se dedicar a outros eixos temáticos referentes a Canudos, como o imaginário, gênero, análises discursivas, etc.

Sendo que os escritos recentes desconstroem algumas interpretações e mitos sobre o tema proposto, ressaltando a existência de um comunitarismo em Belo Monte e não de uma sociedade igualitária ou socialista utópica, pois paradoxalmente, o que se observa através da análise criteriosa dos documentos é a presença de desigualdades sociais na comunidade belomontense. Outra característica uniforme dessa corrente é o redimensionamento da imagem de Conselheiro, identificando-o como civilizado, letrado, de certo nível cultural e inteligência, ou seja, uma visão de um homem superior, promovendo uma ruptura da interpretação euclidiana já abordada neste trabalho.

## CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

A Guerra de Canudos é apresentada como um dos principais conflitos que marcam o período entre o declínio da Monarquia para a implantação do regime republicano no Brasil. E dentro da história da cultura brasileira este processo histórico é responsável por um amplo acervo bibliográfico, um dos mais variados até então produzidos, devido à dimensão tomada pelo movimento. Despertando não só o interesse de historiadores como também de sociólogos, cineastas, escritores, além de muitos outros. O que possibilitou a produção de variados textos, como reportagens, romances, crônicas históricas, literatura de cordel, relatórios, que rememoram o confronto entre os seguidores de Conselheiro e as forças legais do Exército brasileiro. Mas o fato é que Canudos com seus heróis e vilões ganharam novas configurações ao longo de mais de cem anos, pois o centenário da guerra e posteriormente o centenário da publicação de *Os Sertões*, abriram espaço para uma grande quantidade de novas publicações e debates que buscaram avaliar o movimento de Canudos por múltiplos prismas. Em oposição ao que o Estado autoritário intencionara cujo intuito era extinguir da memória popular lembranças de sua história, emergiu sobre o tema uma intensa produção cultural, abordando o tema de diferentes modos e versões, o que permitiu o surgimento de uma visão positiva de Canudos e seus habitantes em detrimento a visão negativa propugnada e perpetrada pela explicação euclidiana.

Na produção da época, conceitos extremamente preconceituosos, arbitrariamente impostos, estigmatizaram seus participantes, vítimas da história. A bibliografia contemporânea a Guerra é vasta, por isso não daria para contemplá-las, em sua totalidade, neste trabalho, no entanto, as obras aqui analisadas são suficientes para se ter uma ideia de como o referido processo histórico foi historiado pelos mesmos. É sabido que toda produção bibliográfica, anteriores e posteriores, foi eclipsada por *Os Sertões*, o “livro definitivo”, pois foi a interpretação de Euclides da Cunha que teve grande impacto e sucesso. Euclides mostrou um retrato sombrio de Conselheiro, sendo este guiado por maldições hereditárias que o levaram a loucura e conseqüentemente ao confronto com a ordem estabelecida. Criou um perfil de uma Canudos iletrada, ignorante, dominada pelo fanatismo, pelo crime e pela desordem, apresentando uma visão estritamente militar e urbana, ou seja, um olhar etnocêntrico, ou seja

*“uma visão de mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existencia” (...) um julgamento do valor da cultura do outro nos termos da cultura do grupo do eu” (ROCHA, 2003, p. 7-13).*

É preciso ratificar, que os primeiros escritos se limitavam a descrever detalhadamente o evento belicoso, uma história factual, em sua maioria, numa perspectiva favorável ao Exército. No entanto, é preciso enfatizar que estes autores coevos à guerra não possuem o ofício de historiador, por isso não se preocupavam com a questão da verdade histórica, alguns foram simples testemunhas do evento, escreveram o que presenciaram, ou seja, sem receber influência de tendências teóricas.

Após os primeiros escritos dos jornalistas e militares e principalmente após a “obra-prima” de Euclides, durante quase 50 anos o tema Canudos foi silenciado. O que pode ser explicado pela supervalorização da base documental escrita, defendida pela posição historiográfica no período, pois “os documentos vinham sendo considerados por excelência, as fontes principais de estudos e de pesquisas históricas” (SAMARA, 2007, p. 18) o que excluía as vias de comunicação por meio da tradição oral. Quase meio século depois o professor José Calazans começou a coletar materiais sobre os sobreviventes de Belo Monte. E esses novos olhares nos possibilita perceber o episódio muito mais complexo do que a versão oficial tentou construir. Ou seja, nos fornece informações trazidas pelos de dentro de Canudos, os excluídos da História oficial, “a história daqueles que sofreram, trabalharam, definharam e morreram sem ter a possibilidade de descrever seus sofrimentos” (MICHELET, 1842, p.8, APUD, BURK, 1997, p. 19)), uma perspectiva dos sujeitos históricos.

A história contada através da oralidade pelos ex - conselheiristas e sobreviventes, apresentam uma Canudos, diversa da apresentada até então, já que “nem todas as fontes históricas se apresentam como um documento escrito” (SAMARA, 2007, p. 69), pois as entrevistas, além de muitas outras, também são importantes fontes históricas. Um dos principais líderes conselheiristas Honório Vilanova, sobrevivente de Canudos e irmão de Antônio Vilanova, declarou ao escritor Nertan Macedo:

*“Grande era a Canudos do meu tempo. Quem tinha roça, tratava da roça na beira do rio. Quem tinha gado, tratava do gado. Quem tinha mulher e filhos, tratava da mulher e dos filhos. Quem gostava de rezar, ia rezar. De tudo se tratava, porque a nenhum pertencia e era de todos, pequenos e grandes, na regra ensinada pelo Peregrino.” (MACEDO, Nertan. Memorial de Vilanova. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1964)*

Já outro antigo morador de Belo Monte, Manuel Ciriaco, declarou em 1947: *“No tempo do Conselheiro, não gosto nem de falar pra não passar por mentiroso, havia de tudo, por estes arredores. Dava de tudo e até cana-de-açúcar de se descascar com a unha, nascia bonitona por estes lados. Legumes em abundância e chuvas a vontade”.* (TAVARES, 1993: p. 48)

O fato é que Calazans teve uma participação essencial na historiografia relativa a Canudos e a Antônio Conselheiro, começando a partir da década de 50, quando uma nova fase da historiografia de Canudos surgiu, como uma inovação nos estudos e escritos, que gradualmente foi se afastando da explicação de Euclides. E através dos relatos coletados pode reconstruir sua história, apresentada até então de maneira unilateral, embora, nesse período a utilização da história oral como fonte de pesquisa fosse negligenciada pelos historiadores. Contudo *“a evidência oral, transformando os ‘objetos’ de estudo em ‘sujeitos’, contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira”*(THOMPSON, 1998, p. 137, APUD, NASCIMENTO, 2008, p. 112), não que a história contada anteriormente, seja menos verdadeira que a narrada nos depoimentos, mas estes apresentam explicações e visões diferentes dos escritos anteriores. Os relatos redefiniram a imagem de Conselheiro, classificando-o como um homem bom, santo, caridoso e sem nenhuma insanidade psicológica. O trabalho de Calazans proporcionou grande contribuição para o entendimento da vida de Conselheiro em vários aspectos, vida econômica e espiritual da cidadela, seu comportamento, atitudes, informações referentes a luta armada, além e outros fatores, como afirmou em uma entrevista à José Carlos Sebe Bom Meihy:

*“Confesso que a história contada pelos sertanejos era mais convincente, tinha outro sabor e era totalmente diversa... Logicamente respeito muito a obra de Euclides da Cunha, mas acredito fielmente que paralelamente precisamos de outras alternativas ... minha empreitada então passou a ser*

*esta...”( BOM MEIHY, 1993, p.25, APUD, NASCIMENTO, 2008, p.97)*

Além das matrizes discursivas, como a positivista e a regionalista, ficou evidente neste trabalho a de viés marxista, que permeiam toda produção cultural recente. A historiografia marxista introduz novos paradigmas de análise para os movimentos camponeses do passado como luta de classes, revolução socialista e utópica, identificando o confronto como de ordem econômica sobre o pretexto da religião, que servia como capa de fundo, pois sua maior razão seria de ordem material. Essa corrente traz um novo retrato do peregrino classificando-o como um revolucionário, um reformador social, que lutava para mudar a ordem vigente, para que os pobres tivessem acesso a terra. Ou seja, redimensionava a importância histórica de Conselheiro retratando-o como via de expressão de articulações sociais e econômicas. Não deixando de ressaltar sobre a bravura e a resistência irreduzível diante das forças legais organizadas para exterminar o arraial, além da total rejeição a idéia do monarquismo existente na comunidade.

As abordagens que buscam ver Canudos e todas as chamadas agitações messiânicas brasileiras como expressões concretas da luta de classes no campo, atribuíram aos sertanejos uma politização marcante e uma consciência possível de seus projetos. No tocante ao aniquilamento do arraial sertanejo, a insuficiência de qualquer “função” que sugerisse algum tipo de plano conspiratório, não evitou o aparecimento de múltiplas interpretações, surgindo ainda uma terceira vertente que se ateve ao papel determinante da religião como fundamento seguro para se compreender a constituição do burgo e da espantosa resistência sertaneja.

Tomando como base a Revolução Francesa da historiografia, agrupado em torno da revista *Annales*, movimento liderado por Marc Bloch e Lucien Febvre, em que a História viveu um processo de renovação entre os séculos XIX e XX propondo inovações metodológicas e temáticas. Processo este, que contou com a contribuição de intelectuais de várias áreas do conhecimento, contra os “historiadores tradicionais”. Mantendo as devidas proporções, pode-se dizer que a historiografia de Canudos sofreu processo semelhante, pois a partir do século XX e XXI ocorreu a introdução de novas abordagens e novas possibilidades de análise dos processos históricos e a historiografia de Canudos acompanhou essas mudanças. Pois, ao longo da década de 1950 até o início do século XXI recebeu várias influências de distintas correntes teóricas. Trazendo uma visão multifacetada do processo histórico referido, apresentando continuidades e rupturas com as interpretações até então existentes.

A Primeira Geração dos Analles, por exemplo, combatia radicalmente a história tradicional, a história política e a história dos eventos, a Segunda Geração de historiadores propôs novos conceitos (estrutura e conjuntura) e novos métodos (história serial das mudanças na longa duração) e a Terceira Geração traz uma fase balizada pela fragmentação e por desempenhar significativa influência sobre a historiografia e sobre o público leitor, em abordagens que frequentemente denominamos de Nova História ou História Cultural. E a historiografia recente concernente a Canudos, reavalia e analisa alguns mitos defendidos pela história tradicional, tecendo inclusive críticas a historiografia positivista, regionalista e marxista. Propondo analisar o conflito da Canudos por outros ângulos, retratando sobre outros elementos constitutivos do núcleo temático, indiferente aos eventos, a narrativa dos fatos, e possibilitando uma explicação mais analítica e não apenas a história factual e política, sugerindo inovações metodológicas e temáticas, abordando temas como imaginário, representações, gêneros, nas últimas três décadas.

Diante do que foi exposto, reitero que não existe uma história pronta, cristalizada e definitiva, mas sim um constante processo de renovação e construção da História. Vale dizer, a criticidade do historiador é imprescindível, além da necessidade de reconsiderar a produção do discurso histórico e procurar desvendar as conveniências e interesses. Pois como afirma E. H. Carr:

*“o historiador não pode relatar o fato histórico como exatamente se passou. Seleciona de uma infinidade de eventos, tomados das mais diversas fontes que, sob sua ótica merecem ser historiados (...) os fatos não falam por si. São filtrados pela visão do historiador e por eles escritos em um contexto.”<sup>2</sup>*

Vale dizer, o historiador escreve o que ele acredita e o que quer que nós acreditemos, por isso, deve sempre se está atento aos mitos e estereótipos que o discurso historiográfico mascara e dissimula, além disso, é sabido que um documento não é um registro neutro do passado e a sua preservação não se deve ao acaso, os documentos são sempre produtos da sociedade que os fabricou.

---

<sup>2</sup> CARR, E. H. Que é História? Conferências George Macauley trevelyan proferidas por E. H. Carr na Universidade de Cambridge, janeiro, março de 1961.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Silva Maria. O Rei dos Jagunços de Manuel Benício: entre a ficção e a história. São Paulo: EDUSP, 2003.
- BOMBINHO, Manuel Pedro das Dores. *Canudos: história em versos*.Org. Marco Antônio Villa. São Paulo: HEDRA, 2002.
- BURK, Peter. *Escola dos Analles 1920-1989: A revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- CALAZANS, José. *A guerra de Canudos na poesia popular*. Bahia: Publicação do Centro de Estudos Baianos. Nº 14. 1952
- \_\_\_\_\_. *Canudos: Subsídios para sua reavaliação histórica*. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1986b.
- \_\_\_\_\_. *No tempo de Antônio Conselheiro: figura e fatos da Campanha de Canudos*. Salvador: Universidade da Bahia, 1959.
- \_\_\_\_\_. *O sebastianismo no folclore de Canudos*. Bahia: S. A Artes gráficas, 1959.
- \_\_\_\_\_. *Quase biografia de jagunços: o séquito de Antônio Conselheiro*. Salvador: UFBA/CEB, 1986.
- CARR, E. H. Que é História? Conferências George Macauley trevelyan proferidas por E. H. Carr na Universidade de Cambridge, janeiro, março de 1961.
- CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras. 1987.p. 140
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*.Rio de Janeiro: 1995.
- FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- HORCADES, Alvin Martins. *Descrição de uma viagem a Canudos*. Salvador: Tipografia Tourinho, 1996.
- LE GOFF, Jacques. “Memória” In: *Enciclopédia Einaudi – I. Memória/História..* Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.
- MELLO, Frederico Pernambucano de. *A guerra total de Canudos*. São Paulo: A Girafa Editora, 2007.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *A História Cativeira da Memória?* Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. São Paulo: 1992

MILTON, Aristides. *A campanha de Canudos*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1979. (Coleção Cachoeira).

MONIZ, Edmundo. *Canudos: a luta pela terra*. São Paulo: Global, 1988.

MONTE MARCIANO, João Evangelista de. Relatório de Frei Evangelista de Monte Marciano ao Arcebispo da Bahia sobre Antônio Conselheiro e seu séquito no arraial de Canudos. Bahia: Tip. Do Correio de Notícias, 1895.

NASCIMENTO, Jairo Carvalho do. *Canudos: a história reconstruída*. Salvador: Editora UFBA, 2008.

PIEDADE, Lélis. *Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia*. (1897-1901). Edição, Apresentação, notas e projeto gráfico. Antônio Olavo. 2 ed. Salvador: Portifolium 2002.

ROCHA, Everaldo. *O que é etnocentrismo*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

SAMARA, Eni de Mesquita. *História & Documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SILVA, Rogério Souza. *Antônio Conselheiro: a fronteira entre a civilização e a barbárie*. São Paulo: Annablume, 2001.

SOARES, Tenente Duque Estrada de Macedo. *A guerra de Canudos*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.

VILLA, Marco Antônio. *Calazans, um depoimento para a história*. Salvador: gráfica da UNEB, 1998.

\_\_\_\_\_. *Canudos: o povo da terra*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

ZAMA, César. *Libelo republicano acompanhado de comentários sobre a campanha de Canudos*. Salvador: Typografia do Diário da Bahia, 1899.